



Fábrica do Açúcar

Relatório Intercalar

Setembro 2025



GOVERNO
DOS AÇORES



ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1. HISTÓRIA	4
2. DILIGÊNCIAS QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS...	19
3. PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PROMOVER O DEBATE E ENVOLVER A COMUNIDADE...	22
3.1. Programa do Debate Público.....	23
3.2. Comunicações dos conferencistas e investigadores	31
3.2.1. Desafios do urbanismo moderno, inclusivo e participativo	31
3.2.2. Cidades sustentáveis e infraestruturas verdes.....	39
3.2.3. Desafios energéticos e materiais da reocupação de edificado devoluto.....	40
3.2.4. Turismo sustentável e planeamento urbano.....	44
3.3. Análise dos contributos dos processos participativos.....	47
3.3.1. Sessões de grupo: contributos e análise.....	47
3.3.2. Contributos submetidos através do micro site	50
3.4. Balanço do Debate Público.....	56
4. CARACTERIZAÇÃO URBANA E DO EDIFICADO	58
4.1. Caracterização Urbanística	58
4.2. Instrumentos de Gestão Territorial	65
4.2.1. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel	65
4.2.2. Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada.....	65
4.3. Complexo Industrial: caracterização arquitetónica e estado de conservação	66
4.4. Edifícios adjacentes.....	79
5. RECOMENDAÇÕES	80
6. METODOLOGIA PARA INDICAÇÃO DE USOS PREFERENCIAIS	82
CONCLUSÃO	86
Índice de Figuras.....	87
Índice de Quadros	88
Índice de Tabelas.....	88
Ficha Técnica	89

INTRODUÇÃO

A Ordem dos Arquitectos, a associação pública representativa de todos os que exercem a profissão de arquiteto em Portugal, de acordo com o determinado no seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de julho, na redação atual, visa assegurar a salvaguarda do interesse constitucional por um correto ordenamento do território, por um urbanismo de qualidade, pela defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente, da qualidade de vida e pelo direito à arquitetura e contribuir para a defesa e promoção da arquitetura, no reconhecimento da sua função social e cultural, mas também económica e ambiental.

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, a estrutura regional com âmbito territorial de competência circunscrito à Região Autónoma dos Açores, e a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, que detém a competência na área da gestão do Património na mesma Região, assinaram um Protocolo de Colaboração e, ao abrigo deste, um Contrato de prestação de serviços, a 11-11-2024 e a 27-11-2024, respetivamente, com o objetivo de definir uma estratégia e encontrar uma solução conciliadora e exequível para a intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar, no concelho de Ponta Delgada, e da Fábrica do Álcool, no concelho da Lagoa, ambas na ilha de S. Miguel.

O Protocolo de Colaboração, no seu propósito, previu a criação de duas Comissões de Trabalho, as quais são constituídas envolvendo os departamentos do Governo dos Açores com competência na gestão e na salvaguarda do património e nas obras públicas, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia com competência nos territórios onde estão implantadas as Fábricas, o Museu Carlos Machado e o Museu da Lagoa, um representante da estrutura regional da Ordem dos Economistas e um conjunto de especialistas, na sua maioria, arquitetos. Estas duas Comissões de Trabalho foram criadas com os objetivos de elaborarem o programa para a promoção dos dois debates públicos sobre a intervenção e requalificação na Fábrica do Açúcar e na Fábrica do Álcool, bem como redigirem um documento orientador sobre a eventual requalificação das referidas fábricas.

Neste âmbito, as Comissões de Trabalho foram unânimes em considerar pertinente a criação de um micro site para, por um lado, reunir contributos com vista à participação dos cidadãos e, por outro lado, divulgar os programas dos debates públicos. Esta ferramenta, que esteve disponível à participação pública durante os meses de fevereiro e março, permitiu que qualquer cidadão interessado tivesse a oportunidade de manifestar as suas preocupações e sugestões. Estes contributos foram objeto da devida análise crítica da Comissão de Trabalho, sendo que o presente relatório apresenta a síntese e as conclusões deste processo participativo.

O debate público, promovido pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos num formato aberto à participação pública e com o objetivo de auscultar os cidadãos, ocorreu a dia 22 de março nas antigas instalações da Fábrica do Açúcar. Contou com uma participação alargada de cidadãos e a presença de representantes de várias entidades, entre as quais, da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, da Câmara Municipal de Ponta Delgada e, naturalmente, da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos.

O programa desta iniciativa compreendeu diferentes momentos, a saber: fórum com especialistas nas áreas do património industrial, da reabilitação, da arquitetura, do urbanismo e da paisagem, nomeadamente, José Mota, Domingos Lopes, Joana Mourão, Rui Monteiro e Isabel Soares de Albergaria (moderadora); mesa-redonda que contou com a participação de representantes da Câmara Municipal de Ponta Delgada, da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, da AICOPA - Associação dos Industriais e Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, do Museu Carlos Machado e da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos; visita guiada às antigas instalações da fábrica; e, durante o período da tarde, fórum participativo com a criação de grupos de trabalho para reflexão e apresentação de sugestões de intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar.

Com o objetivo de partilhar com os cidadãos os resultados dos processos de participação públicos, a Comissão de Trabalho entendeu elaborar o presente relatório intercalar, que, além de apresentar os resultados da análise dos contributos submetidos através do micro site e dos emanados no fórum participativo ocorrido a 22 de março de 2025, reúne informação considerada relevante para o processo em curso, nomeadamente: a resenha histórica da SINAGA, em particular, no respeitante à Fábrica do Açúcar; o levantamento de iniciativas ou procedimentos diversos que antecedem os trabalhos em curso, entre os quais, resoluções e decretos legislativos regionais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Conselho do Governo Regional dos Açores; o compêndio das comunicações dos especialistas que participaram no Debate Público; a caracterização urbanística e arquitetónica do complexo industrial, que inclui o enquadramento nos instrumentos de gestão territorial e a caracterização das componentes e elementos construtivos e do estado de conservação dos edifícios que fazem parte do conjunto; e as recomendações de medidas de intervenção imediata que garantam a preservação do património edificado e dos estudos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos futuros.

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos agradece a participação e os contributos de todos os cidadãos, membros da Comissão de Trabalho e trabalhadores das entidades que colaboraram neste processo, e sem os quais não teria sido possível promover o debate público e elaborar o presente relatório intercalar, tendo como foco a elaboração de uma proposta de intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar.

1. HISTÓRIA

Isabel Soares de Albergaria
UAc / CHAM

Carolina Cordeiro
Arquiteta



Figura 1 – Vista aérea.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado

A. A produção de açúcar no Ocidente

No Ocidente, o açúcar de cana começou a assumir relevância comercial a partir do século XV, impulsionado pelos descobrimentos marítimos modernos. Em 1492, Colombo introduziu a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) nas Caraíbas, dando início ao estabelecimento de plantações em larga escala – nomeadamente em Cuba, Jamaica e Brasil – que, através do comércio colonial, levaram o açúcar a ser consumido na Europa. Antes que a produção açucareira tomasse conta da economia brasileira a produção foi experimentada com grande sucesso pelos portugueses na ilha da Madeira. Os resultados promissores da Madeira levaram a que também nos Açores se tivesse introduzido o cultivo da cana-de-açúcar, pese embora o clima desfavorável e os fracos resultados obtidos. Continuando ainda a ser considerado um produto de luxo nos séculos XVI e XVII, o aumento da produção e o uso do trabalho escravo nas grandes plantações americanas reduziram o seu preço: em meados do século XVII, o preço do açúcar tinha descido consideravelmente, tornando-se acessível a um número crescente de consumidores.

Durante a segunda metade do século XVIII, os progressos científicos lançaram as bases para a indústria do açúcar a partir da beterraba (*Beta vulgaris* L.) na Europa. Em 1747, o químico prussiano Andreas Marggraf demonstrou, por métodos laboratoriais, que a beterraba continha sacarose idêntica à do açúcar de cana, embora esta descoberta não tenha sido de imediato aplicada à indústria devido aos custos elevados de

transformação.¹ Décadas mais tarde, o seu discípulo Franz Karl Achard aperfeiçoou o processo industrial e, com apoio do rei da Prússia, instalou em 1801 a primeira fábrica comercial em Cunern, na Silésia.



Figura 2 – *Beta vulgaris* L..

Fonte: *Atlas des plantes de France*. 1891. Wikipedia commons.

Uma notável expansão da industrialização com a beterraba sacarina ocorreu durante o período das Guerras Napoleónicas (1803–1815), quando o bloqueio naval britânico impediu o abastecimento de açúcar de cana, levando Napoleão a impor a plantação de beterrabas e a apoiar investigação neste domínio, impulsionando o investimento estatal em França e na Europa Central, com incentivos à produção e investigação. A partir das décadas de 1830–1840, graças à melhoria genética das variedades (como as seleções de Louis de Vilmorin (1816–1860) em França) e à introdução de métodos de extração mais eficientes (como a difusão e o uso de centrífugas e evaporadores a vácuo), a indústria atingiu níveis comerciais viáveis.²

¹ Vaughan, John G., and Catherine A. Geissler. *The New Oxford Book of Food Plants*. New York: Oxford University Press, 1997. Color illustrations and descriptions of crops including sugar beets and other kinds of beets. Glossary, indices, and bibliography.

² Galloway, J.H. *Cambridge World History of Food*. Editor: Kenneth F Kiple & Kriemhild Conee Ornelas. Volume 1. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

No espaço de poucas décadas, o açúcar de beterraba tornou-se competitivo: a produção alemã dominava o mercado europeu em meados do século e, em 1880, a produção europeia de beterraba sacarina já representava mais de 50 % da produção mundial em peso, o que transformou radicalmente a economia açucareira europeia.³

Tendo este contexto internacional como pano de fundo e considerando dois factos assinaláveis, de sinal contrário – os indícios iniciais do declínio da economia da laranja nos Açores e a fundação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (1843) –, os Açores lançaram-se na procura de alternativas agrícolas que viabilizassem a sua economia produtiva e transformadora. Coube à SPAM a introdução e incentivo de novas culturas industriais, como a batata-doce (para produção de álcool), o tabaco, o chá, a espadana (para a cordoaria), a chicória e, naturalmente, a beterraba sacarina. Um dos primeiros registos concretos dessa aposta agrícola data de 1861, quando se documenta a venda de semente de beterraba sacarina produzida no Jardim Experimental da SPAM a diversos proprietários da ilha de São Miguel. Estes ensaios viriam a originar, a partir do final do século XIX, experiências industriais conduzidas por figuras como Henrique Bensaúde, o engenheiro José Cordeiro e outros.⁴

Dessa iniciativa precoce resultou a criação da Fábrica de Santa Clara, nos Açores, instalada em 1906, numa antiga destilaria de álcool de Ponta Delgada. Esta unidade viria a ser, durante décadas, a única fábrica portuguesa dedicada à transformação industrial de beterraba sacarina em açúcar, tendo desempenhado um papel decisivo na consolidação da indústria açucareira regional e nacional. Para além da sua importância económica, a fábrica tornou-se um marco paisagístico e arquitetónico do desenvolvimento agroindustrial micaelense, simbolizando a capacidade de inovação agrícola da ilha de São Miguel.

No continente, apesar do interesse crescente e alguns ensaios precoces na região de Coimbra, a implementação da cultura foi mais tardia.⁵ A Direção-Geral dos Serviços Agrícolas publicou, em 1942, um relatório detalhado sobre os ensaios realizados em 1941 com a beterraba sacarina em várias regiões portuguesas. Este documento, intitulado “A beterraba sacarina: resultados dos ensaios culturais, económicos e analíticos realizados em 1941”⁶, revela o esforço técnico para avaliar a adaptação agronómica, produtividade e viabilidade económica da cultura em solo continental. No entanto, apesar das boas perspetivas, não existia ainda infraestrutura industrial para o processamento da beterraba no continente, ficando a cultura limitada a ensaios agrícolas, sem ligação industrial imediata. Só nas décadas seguintes (década de 1970 e 1980), com apoios legislativos e quotas comunitárias, se avançou com a criação de unidades industriais – como a fábrica da SUCRAL em 1986 e a DAI em Coruche em 1997, ambas já bem depois das experiências de 1941.

³ Wikipedia.

⁴ BPARPD, Fundo da SPAM.

⁵ BPARPD, telegrama de Luis Pereira da Costa e Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro solicitando em nome de Charles Lepierre, Augusto Barbosa, Chapuy e Bayard um encontro para trara do estabelecimento da indústria sacarina e resultados da experiência de cultivo de beterraba em torno da região de Coimbra, 24-10-1900.PT/BPARPD/PSS/ERHR/0066.

⁶ Ministério da Economia-Direção Geral dos Serviços Agrícolas, A Beterraba Sacarina: Resultados dos Ensaio Culturais, Económicos e Analíticos Realizados em 194. *Estudos e Informação Técnica* N.º 17, Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, 1942.

B. A União das Fábricas Açorianas do Álcool

As condições favoráveis ao cultivo da batata-doce (*Ipomoea batatas* (L.) Lam.) na região – uma planta de origem americana produzida em abundância nas zonas tropicais – e o notável potencial de transformação em álcool retificado, largamente usado na produção vínica, levou ao forte investimento na indústria do álcool nos Açores. A primeira fábrica a produzir álcool foi instalada em 1870 no Vale de Linhares, freguesia de S. Bento da ilha Terceira, seguindo-se outras unidades fabris em 1882 na Vila da Lagoa, desta vez em São Miguel; uma terceira construída mais tarde, em 1884, na freguesia de Santa Clara (Ponta Delgada); na freguesia das Lajes da ilha Terceira, uma nova fábrica é edificada em 1893; e, finalmente, no ano seguinte surge a fábrica da Ribeira Grande, totalizando cinco fábricas de produção de álcool nos Açores antes de findar o século.⁷ No caso da Destilaria de Santa Clara, documentação de arquivo conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, revela que foi instruído o processo preliminar de licença para o estabelecimento de uma fábrica de destilação a 23 de outubro de 1884, pelo então presidente da direção, José Maria Raposo d'Amaral Júnior (1856-1919) – uma das figuras proeminentes da elite industrial açoriana de então, envolvido na produção de chá nas suas propriedades das Sete Cidades e da Barrosa, concessionário da Água das Lombadas e acionista da Fábrica de Álcool de Santa Clara e da Empresa Insulana de Navegação.⁸

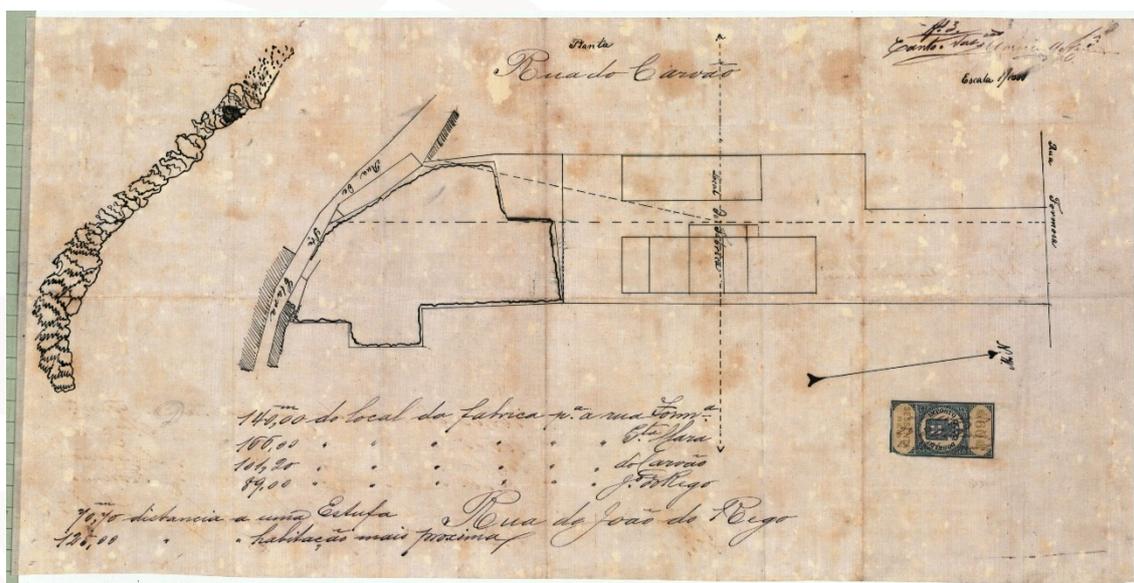


Figura 3 – Esboço da implantação da Destilaria de Santa Clara.

Fonte: BPARPD

A nascente indústria do álcool nos Açores conheceu, no final do século XIX, um desenvolvimento notável, atingindo uma produção total próxima dos 10 milhões de litros anuais, provenientes de cinco fábricas em atividade. Grande parte desse álcool industrial era exportado para o continente português, constituindo uma importante fonte de rendimento para a economia insular.⁹

No entanto, esse dinamismo seria travado com a publicação do Decreto de 14 de junho

⁷ Soares, Armando, Açúcar. Enciclopédia Açoriana (jun.1996).

<https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=835>. Consultado em 12 a 15 de 2025.

⁸ João, Maria Isabel, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

⁹ Soares, Armando, Açúcar. Enciclopédia Açoriana (Jun.1996).

<https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=835>. Consultado em 12 a 15 de 2025.

de 1901, que limitava a exportação anual de álcool açoriano para o continente a 6 milhões de litros, o que representava apenas cerca de um sexto da capacidade instalada nas ilhas. Esta medida teve um impacto económico negativo profundo, gerando forte descontentamento entre os industriais açorianos, que viam comprometidas as suas perspectivas de crescimento. A situação agravou-se com a promulgação da Lei de 15 de julho de 1903, que reduziu progressivamente esse limite: dos 6 milhões iniciais, a exportação seria diminuída em 200 mil litros por ano até estabilizar num teto de apenas 2 milhões de litros anuais.¹⁰

Face a estas restrições, a União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA), criada em dezembro de 1902 e formalmente constituída em escritura pública a 23 de julho de 1905 na sede da Casa Bensaúde, foi forçada a reorganizar a sua estrutura. Três das cinco destilarias sob sua gestão foram encerradas, reduzindo-se a capacidade de produção ao limite legalmente imposto. Apenas a destilaria da Lagoa se manteve em funcionamento regular, devido à sua ligação à produção de vinhos regionais, enquanto se delineava a reconversão da destilaria de Santa Clara numa unidade de fabrico de açúcar de beterraba. Esta decisão foi impulsionada pelos incentivos do governo central, que, no âmbito de uma política de compensação, autorizava na ilha de São Miguel a cultura de plantas sacarinas e a produção de açúcar, atribuindo benefícios fiscais na exportação até um limite de 4 000 toneladas anuais, a atingir apenas ao fim de sete anos de laboração.¹¹

A escritura da UFAA contou com a participação de figuras destacadas do tecido empresarial açoriano e continental: António José de Viveiros e Albano Pereira da Ponte (representantes da Casa Bensaude), José Maria Raposo de Amaral (fábrica de Santa Clara), Luís Maria de Aguiar (fábrica da Ribeira Grande), e João de Melo Abreu (em nome de Henrique de Castro e Frederico Augusto de Vasconcelos, proprietários das destilarias de Vale de Linhares e Ramo Grande, na Terceira). Já nessa altura se projetava a criação da nova fábrica de açúcar de Santa Clara, para a qual a sociedade previa um reforço de capital de 100 contos, a realizar em duas tranches, proporcionais às participações de cada sócio.¹²

C. Fábrica de Açúcar de Santa Clara

Em 1903, o Governo autorizou a instalação de uma unidade industrial para a produção de açúcar nos Açores, impondo como condição a conclusão do projeto num prazo máximo de três anos. Esta determinação impulsionou a União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA) a avançar com a construção da Fábrica de Açúcar de Santa Clara, em Ponta Delgada, aproveitando as instalações da então Fábrica de Destilação de Álcool. A obra foi executada em tempo recorde pela firma alemã Rohrig & König, de Magdeburgo, e a unidade entrou em laboração já em 1906, tendo nesse primeiro ano transformado cerca de 7.500 toneladas de beterraba.¹³

¹⁰ Assembleia da República, 1919.

¹¹ Câmara, Benedita, A Madeira e o proteccionismo sacarino (1895-1918), *Analise Social*, vol. xxxiii (145), 1998 (1.º), 117-143

¹² BPARPD. CNPDL – 5º Ofício, Tab. Anacleto A. Machado Nogueira, Livro de notas n.º 54, fls. 23-24 – NOT 3358"

¹³ Soares, Armando, Açúcar. Enciclopédia Açoriana (Jun.1996).

<https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=835>. Consultado em 12 a 15 de 2025.

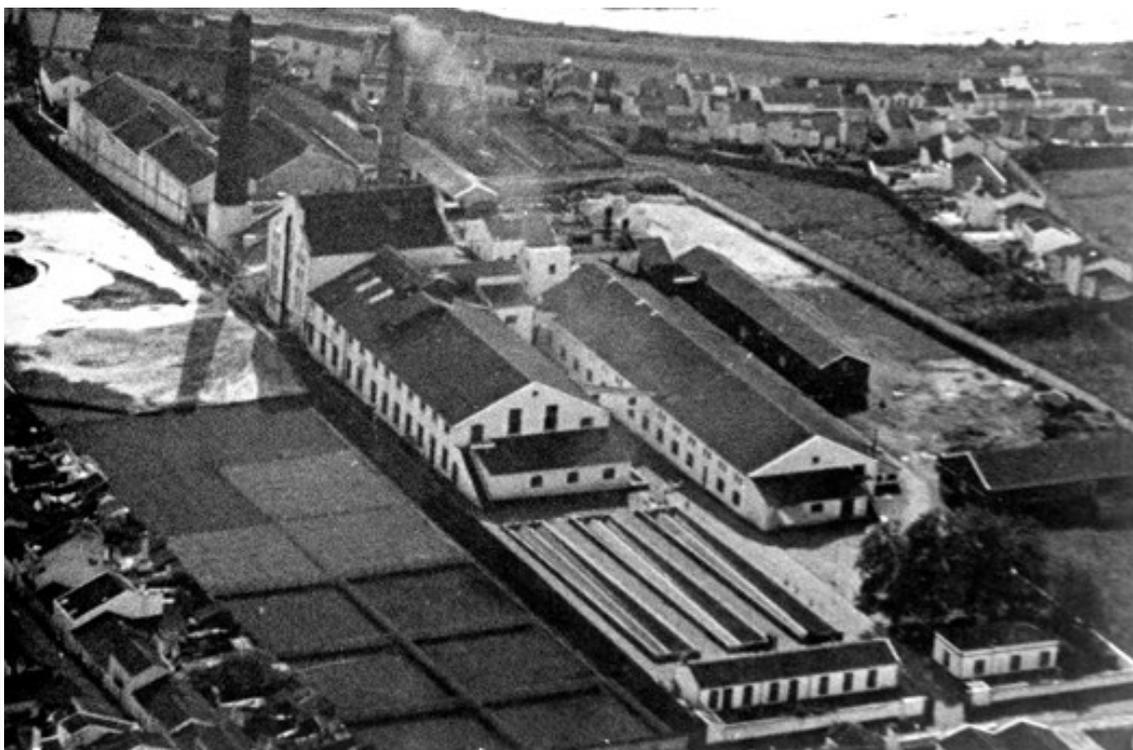


Figura 4 – Vista aérea.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado

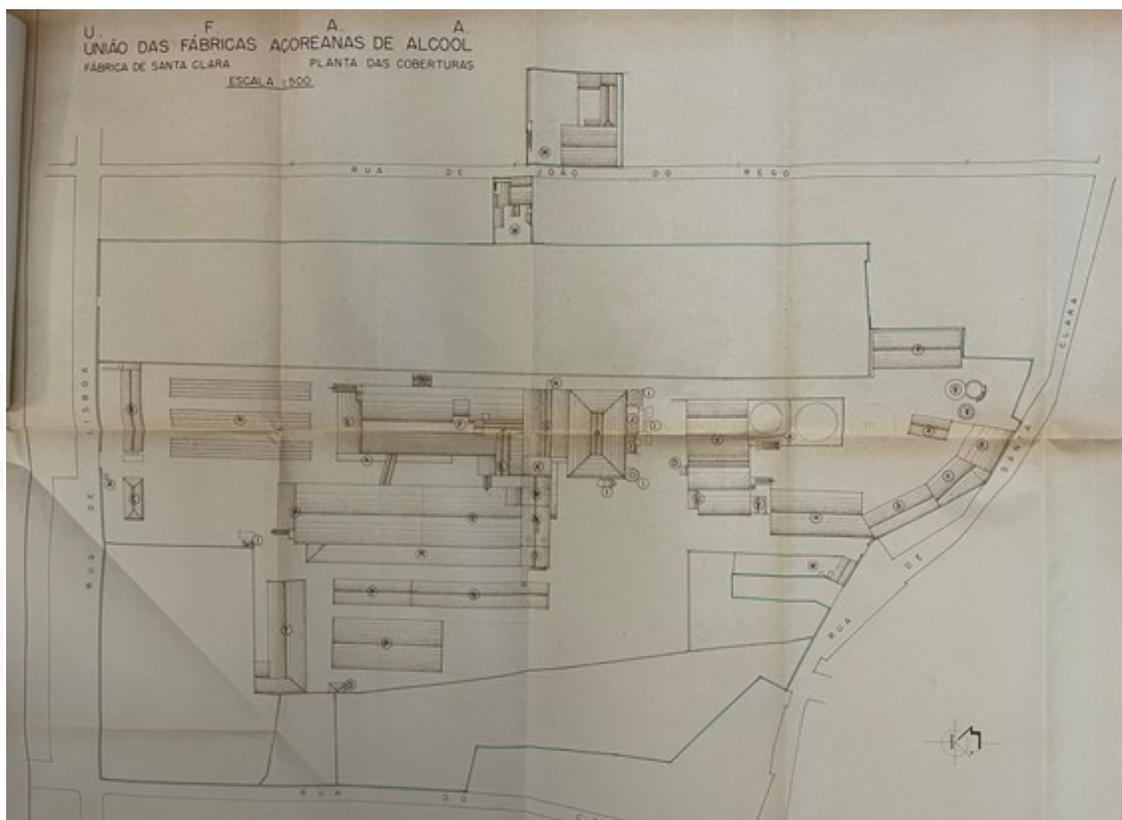


Figura 5 – Excerto da Planta das coberturas da Fábrica de Santa Clara, UFAA.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c da BPARPD

Entre 1906 e 1913, a direção técnica da fábrica ficou a cargo de engenheiros alemães e franceses, contando com equipamentos tecnologicamente avançados, importados da

Alemanha. A localização estratégica da unidade, ocupando uma área de três hectares próxima ao porto de Ponta Delgada, facilitava a logística de transporte de mercadorias e a exportação do açúcar produzido. Arquitetonicamente, o edifício apresenta as linhas funcionais típicas da arquitetura industrial do início do século XX, com linhas sóbrias e discretas, amplos espaços com estruturas murarias em alvenaria de pedra e vigamentos de madeira, incluindo inicialmente apenas uma chaminé servindo um corpo de caldeiras, além de armazéns, silos para receber a beterraba e outras dependências.

O primeiro diretor técnico português foi o engenheiro micaelense Clemente António de Vasconcelos Júnior (1880-1955), formado na Bélgica. Este assumiu a gestão da fábrica por mais de quatro décadas, destacando-se como figura central na organização laboral, tanto no interior da fábrica quanto no setor produtivo agrícola, que foi dinamizado através de incentivos à produção e à melhoria da qualidade da beterraba sacarina, cujos ensaios de cultivo decorriam nos campos experimentais em redor da fábrica.



Figura 6 – Descarregamento da beterraba em carros de bois, anos de 1930 (?).

Fonte: Espólio do Museu Medeiros e Almeida

A cultura da beterraba sacarina na ilha de São Miguel, desenvolveu-se sobretudo em zonas de baixa altitude – até aos 300 metros – e em terrenos com declives inferiores a 7%, condições consideradas ideais para o seu cultivo. Apesar do investimento na sua expansão, a área com real potencial produtivo revelou-se limitada, o que explica a grande variabilidade na produtividade, que, segundo Dentinho (2007), podia oscilar entre as 20 e as 90 toneladas por hectare. Em 1948, esta cultura envolvia cerca de 1890 hectares e mobilizava 5700 cultivadores, número significativo que evidencia o papel estruturante da beterraba na economia agrícola regional. Nesse mesmo ano, a União

Açoreana de Fábricas do Álcool pagou aproximadamente 12.000 contos aos produtores, valor que atesta a importância económica da fileira. A produção industrial na Fábrica de Santa Clara, processava, em plena campanha, até 500 toneladas de beterraba por dia, contando com um efetivo fixo de 119 trabalhadores, número que subia para 550 durante os picos de laboração.¹⁴

Nos primeiros tempos, a beterraba era transportada para a fábrica em carroças, provenientes especialmente das freguesias dos Arrifes, Lagoa, Ribeira Grande, Ribeirinha e Vila Franca, locais onde as condições topográficas e climáticas favoreciam o cultivo. O açúcar produzido era então ensacado em sarja de juta, com uma largura média de 62 cm, refletindo os métodos tradicionais de acondicionamento do produto final e os padrões comerciais da época.¹⁵ Este conjunto de dados revela não só a dimensão da produção como também a profunda integração entre agricultura e indústria que caracterizou o ciclo da beterraba sacarina nos Açores em meados do século XX.



Figura 7 – Manuel António de Vasconcelos e Francisco Jerónimo Vaz Pacheco do Canto e Castro, então diretor geral dos Serviços da Indústria à entrada da Fábrica de Santa Clara. S/d.

Fonte: Pedro Cordeiro

A partir do final da década de 1930, a unidade fabril passou a contar com a colaboração do seu filho, Manuel António de Vasconcelos (1907-1960), engenheiro químico com especialização em produção de açúcar obtida na École de Sucrerie de Waremme, na Bélgica. Também autodidata em arquitetura, introduziu uma linguagem modernista na arquitetura regional, sendo autor de obras como o Hotel, Casino e Bureau de Turismo do Grupo Terra Nostra, além da sua própria moradia erguida na Avenida Gaspar Frutuoso, da Barbearia Gil, em Ponta Delgada, ou do banco Montepio Terceirense,

¹⁴ Fábrica de Açúcar de Santa Clara. Padrão da vitalidade micalenses. *Madeira-Açores*. Número único [1950], pp.39-41.

¹⁵ Idem.

depois Banco Português do Atlântico, em Angra.¹⁶ Já nos anos de 1940 e 1950, supervisionou a fábrica num período de grande crescimento. À sua iniciativa deve-se a montagem de uma báscula gigante para pesagem de até 40 toneladas, situada junto ao portão da Rua de Lisboa e a instalação de uma cisterna de grande capacidade segundo um projeto engenhoso.¹⁷ Em 1966, registou-se a maior produção de sempre exclusivamente a partir da beterraba, com mais de 11.000 toneladas de açúcar.

Durante o seu período de maior atividade, a Fábrica de Santa Clara empregou até 800 trabalhadores, entre efetivos e sazonais, desempenhando um papel relevante não apenas no plano económico, mas também social.¹⁸

Desde cedo foram implementadas medidas de carácter social, como refeições gratuitas produzidas na cozinha da fábrica e servidas no refeitório após 4 horas de trabalho, acesso a géneros alimentícios de primeira necessidade a preços reduzidos, promoção da alfabetização dos trabalhadores, subsídios de doença e funeral e fornecimento de fatos de ganga e calçado aos funcionários efetivos.¹⁹ No plano cultural e recreativo, incentivou-se a formação de clubes desportivos e agrupamentos musicais, como a Charanga e o Orfeão, contribuindo para o fortalecimento da coesão social e bem-estar da comunidade laboral.



Figura 8 – Curso de aperfeiçoamento elementar.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado

¹⁶ Cordeiro, Cristina (Ed.). *Manuel António de Vasconcelos. Pioneiro da Arquitectura Modernista*. Ponta Delgada: ICPD, 2016.

¹⁷ Fábrica de Açúcar de Santa Clara. Padrão da vitalidade micalenses. *Madeira-Açores*. Número único [1950], pp.39-41.

¹⁸ Soares, Armando, Açúcar. Enciclopédia Açoriana (Jun.1996).

<https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=835>. Consultado em 12 a 15 de 2025.

¹⁹ Fábrica de Açúcar de Santa Clara. Padrão da vitalidade micalenses. *Madeira-Açores*. Número único [1950], pp.39-41.



Figura 9 – Orquestra.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado



Figura 10 – Fotografia da visita do Ministro do Interior à Fábrica de Santa Clara em outubro de 1948 acompanhado pelo Eng. Manuel António de Vasconcelos.

Fonte: Revista Açores-Madeira, 1950, p.39

D. A SINAGA e a renovação da indústria sacarina em São Miguel

Em 1969 assiste-se a uma reestruturação profunda do setor agroindustrial nos Açores com a fundação da SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas SARL, que sucede à União das Fábricas Açorianas de Álcool (UFAA), dissolvida em 1968. Esta nova entidade passou a deter as duas principais unidades fabris da ilha de São Miguel: a Fábrica de Açúcar de Santa Clara (Ponta Delgada) e a Fábrica de Álcool da Lagoa.



Figura 10 e Figura 11 - Embalagens de Açúcar, anos de 1960/70.

O empresário açoriano António de Medeiros e Almeida (1895–1986), então administrador delegado da Casa Bensaúde, herdou a participação na UFAA desde 1936 e viria a presidir à SINAGA até à sua morte, em 1986. A sua liderança garantiu a continuidade de uma orientação empresarial moderna e com forte enraizamento local.

A década de 1970 marca uma viragem estrutural, com a modernização da unidade fabril de Santa Clara, liderada pelo Eng. Augusto Cymbron (1931-). A remodelação contou com consultoria técnica da British Sugar Corporation Limited, à época a maior produtora mundial de açúcar de beterraba, e da dinamarquesa DDS – Aktieselskabet Dansk Sukkerfabriker. Este investimento elevou significativamente a capacidade de produção, assinalando o início de uma nova fase de industrialização no setor açoriano do açúcar.²⁰

²⁰ Soares, Armando, Açúcar. Enciclopédia Açoriana (jun.1996).
<https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=835>. Consultado em 12 a 15 de 2025.



Figura 12 – Laboratório de análises.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado

Entre 1971 e 1979, a direção técnica e a gestão de pessoal das duas fábricas estiveram a cargo do Eng. Cymbron. Durante este período, a Fábrica de Santa Clara afirmou-se como a única unidade em Portugal dedicada à produção de açúcar de beterraba sacarina, estatuto que manteria até 1986. A fábrica dispunha de Serviços Agrários, que desempenhavam funções essenciais para garantir a produção eficiente do açúcar. A atividade deste serviço coordenava e supervisionava o cultivo da beterraba açucareira, garantindo práticas agrícolas adequadas para aumentar a produtividade; apoio técnico aos agricultores locais, fornecendo orientações sobre o preparo do solo, fertilização e controle de pragas; aluguer de alfaías agrícolas, organização dos períodos de plantio e colheita incluindo o fornecimento de sementes, adubos e fertilizantes e as escumas.

No que respeita à produção, o processo praticado na Fábrica de Santa Clara seguia um ciclo técnico rigoroso e meticulosamente organizado. A beterraba, proveniente de diversas freguesias da ilha de São Miguel chegava em camiões e tratores. À entrada da fábrica, era pesada na báscula e submetida a análises laboratoriais que determinavam o teor sacarino, parâmetro fundamental para o cálculo da remuneração dos produtores. Armazenada em silos, a beterraba era então conduzida por água, através de um canal específico, até ao lavadouro, sendo posteriormente elevada mecanicamente até aos corta-raízes, onde era transformada em tiras finas em forma de “v”, conhecidas por aparas. Seguiu-se a fase de difusão, em que, por ação da osmose, o açúcar das aparas era extraído por água quente em movimento contracorrente, originando dois produtos: o suco de difusão — água impregnada de sacarose — e a polpa da beterraba, já sem valor sacarino, que era reaproveitada como alimento para o gado tendo tido um papel importante na consolidação da bacia leiteira regional. O suco extraído passava depois por um processo de depuração, onde se adicionava hidróxido de cálcio e gás carbónico, ocorrendo uma série de operações de filtração, decantação e sulfitação que permitiam remover impurezas. Esta operação gerava um novo subproduto valioso, conhecido como escumas, utilizado como corretivo agrícola para solos ácidos. Seguiu-se a evaporação do suco depurado, com eliminação de mais

de 60% da água, originando um xarope espesso que era então sujeito às etapas cruciais de cristalização e centrifugação. Destas operações resultavam o açúcar.

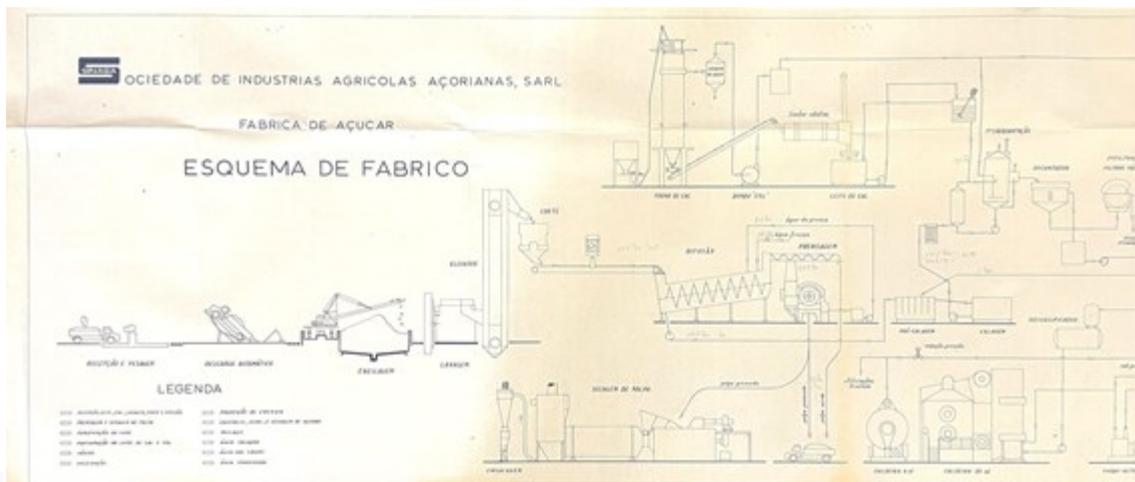


Figura 13 – Excerto do esquema de fabrico.
Fonte: Espólio da SINAGA a/c da BPARPD

Em 1990, nova remodelação teve lugar na área de refinação de ramas, realizada pela firma alemã *Krupp*, possibilitando uma capacidade de trabalho de 200 toneladas por dia. A unidade dispunha então de uma potência instalada de 2800 kVA, com gerador de igual capacidade, sendo ambos os maiores da região em contexto privado.



Figura 14 e Figura 15 – Tacho de cristalização a vácuo (esquerda) e aparelhos de saturação com reciclagem (direita).
Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado



Figura 16 – Sala das Geradoras de vapor “Babcock & Wilcox”.

Fonte: Espólio da SINAGA a/c do Museu Carlos Machado

Paralelamente, a SINAGA empreendeu esforços para incentivar a produção local de beterraba, promovendo a mecanização agrícola e formação profissional de agricultores. Contudo, estas medidas enfrentaram resistência, dado que a mão-de-obra rural era cada vez mais absorvida pelo setor terciário e, sobretudo, pela pecuária leiteira, fortemente promovida pelas políticas governamentais.

Este redirecionamento estrutural da agricultura resultou na redução progressiva da área dedicada à beterraba, agravada pelo arroteamento de terras agrícolas para a atividade pecuária. A área mobilizada para a cultura da beterraba, que rondava os 3000 hectares na década de 1960, desceu para cerca de 200 hectares no início dos anos 2000. Contudo, o caráter rotativo da cultura fazia com que a área efetivamente mobilizada ao longo do tempo fosse até três vezes superior.²¹

A partir de 1997, o setor do açúcar de beterraba em Portugal continental foi encerrado, permanecendo a SINAGA como uma exceção regional. No entanto, as dificuldades económicas da empresa tornaram-se crescentes.

Em 2010, o Governo Regional dos Açores adquiriu 51% das ações da SINAGA, tornando-se o principal acionista e intervindo diretamente na gestão da empresa. A tentativa de recuperação foi, porém, insuficiente para travar o declínio económico e produtivo. A empresa acumulou prejuízos significativos durante a década seguinte.

A produção foi interrompida em 2017, e, após um período de indefinição, a extinção formal da SINAGA foi decretada em 2021, encerrando assim um ciclo de mais de 150 anos de produção açucareira industrial nos Açores.

²¹ Dentinho, Tomás & Calara Luisa. A Rentabilidade da Beterraba sacarina vs a Agro-pecuária nos Açores, *Revista de Ciências Agrárias*, Universidade dos Açores, 2007.

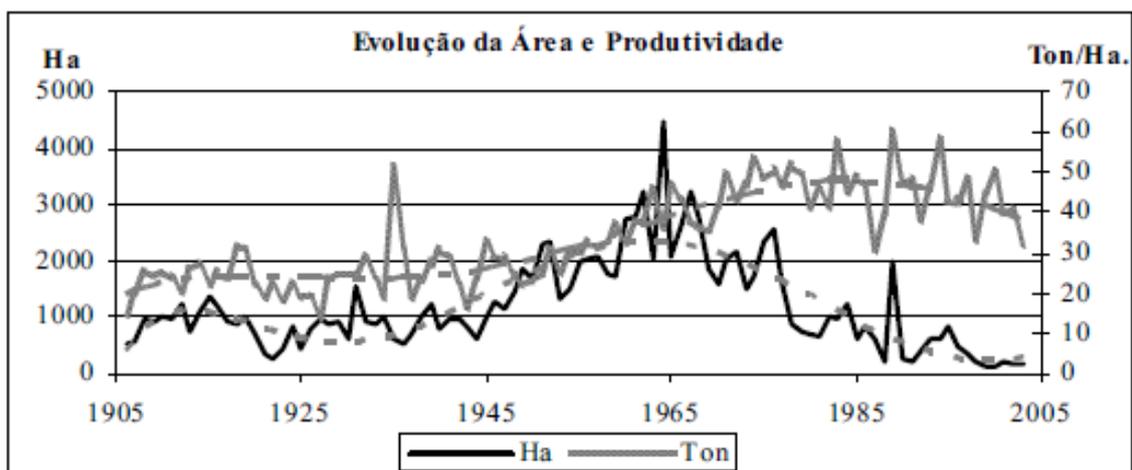


Figura 17 – Evolução da área e produtividade da beterraba sacarina nos Açores.
Fonte: Dentinho 2007, p.204

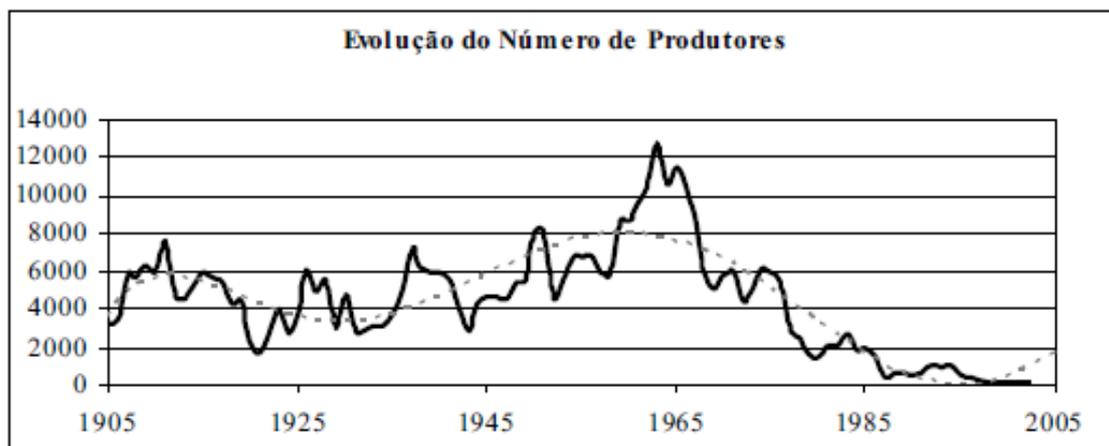


Figura 18 – Evolução do número de produtores de beterraba sacarina nos Açores.
Fonte: Dentinho 2007, p.204

2. DILIGÊNCIAS QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Ao longo da última década, foram várias as diligências do Governo Regional dos Açores, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de iniciativa privada, com vista à proteção, inventariação, classificação, salvaguarda do património móvel e imóvel da SINAGA, bem como à intervenção e requalificação deste complexo industrial, sendo de ressaltar as seguintes:

2017 **Resolução do Conselho do Governo n.º 134/2017, de 6 de dezembro**

Governo Regional dos Açores adquire a totalidade do capital social da SINAGA.

As entradas no capital social da empresa SINAGA, S. A., por parte do Governo Regional, ocorreram em 2010, de forma indireta, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 19/2010, de 26 de fevereiro, e, subsequentemente, de forma direta, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 134/2017, de 6 de dezembro.

2018 **Pedido de Informação Prévia à CMPD (iniciativa particular)**

Foi entregue, por iniciativa particular, um Pedido de Informação Prévia no município de Ponta Delgada, com o objetivo de aferir eventuais condicionantes e demais diretrizes, sobre o desenvolvimento de uma operação urbanística de loteamento nos terrenos da unidade fabril de produção de açúcar SINAGA.

Da operação resulta a constituição de nove lotes dos quais: 5 serão destinados a habitação (89%) e comércio (4,5%); 1 será destinado a comércio, serviços (1%) e equipamentos (1,5%); 1 para uso turístico (4%); e 2 para instalação do P.T e do Reservatório de Gás, destinados a assegurar o abastecimento ao loteamento.

Segundo descrito pela memória descritiva, o estudo é em boa parte, semelhante ao anteriormente deferido pelo município de Ponta Delgada (proc. Pº I-LOTE-7/2008), instruído posteriormente sob a forma de licenciamento, e interrompido na fase de desenvolvimento dos projetos das infraestruturas, por iniciativa do requerente.

2019 **Estudo geológico e geotécnico**

Governo dos Açores promoveu a elaboração do estudo geológico e geotécnico aos terrenos da Fábrica do Açúcar.

Relatório de Avaliação

Governo dos Açores promoveu a elaboração do Relatório de Avaliação, com vista à aferição do custo do terreno no mercado imobiliário, tendo em conta, para além de fatores comuns como localização, construções existentes e respetivos estados de conservação, os pressupostos indicados no Pedido de Informação Prévia entregue em 2018.

2021 **Providência Cautelar**

Grupo de cidadãos “Santa Clara – Vida Nova” entrega uma providência cautelar no Tribunal de Ponta Delgada, para travar o processo de desmantelamento da antiga fábrica da SINAGA, com vista a salvaguardar o património existente.

Registo fotográfico dos artigos da Sala Museu

Museu Carlos Machado elabora o registo fotográfico dos artigos que compõem a Sala Museu da SINAGA.

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2021/A, de 19 de outubro

Determina a extinção da SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A., e regula o processo de integração dos trabalhadores na administração pública regional.

Incorporação do acervo museológico da SINAGA no Museu Carlos Machado

Museu Carlos Machado confirma disponibilidade para a integração da Coleção e o respetivo tratamento técnico museológico e arquivístico, referente ao Espólio Museológico da Fábrica SINAGA, a convite da Direção Regional da Cultura.

A partir de 7 de maio deu-se início aos procedimentos para levar a cabo a incorporação do acervo museológico da SINAGA no Museu Carlos Machado, pela Direção Regional da Cultura.

Neste mesmo ano, em maio e junho de 2021, são realizadas recolhas relativas ao Património (móvel) da SINAGA e, entre 31 de maio e 2 de junho, entrevistas com registo de testemunhos em suporte vídeo (Equipa PCI do Museu Carlos Machado, conforme Relatório Interno MCM, 30 de junho, 2021).

2022 **Resolução n.º 6/2022, de 9 de fevereiro, e Resolução n.º 11/2022/A, de 10 de março, ambas aprovadas pela ALRAA**

Recomenda ao Governo Regional dos Açores a proteção e reconversão do património da SINAGA, através da:

- Inventariação e levantamento do estado de conservação de todos os bens móveis e imóveis industriais que se considerem detentores de valor histórico e cultural;
- Adoção de medidas urgentes no sentido de executar intervenções que visem a preservação e reabilitação do edificado que apresente mau estado de conservação;
- Classificação dos imóveis como de interesse público: Fábrica do Açúcar, Fábrica do Álcool, Casa da Balança;
- Construção de um núcleo de carácter museológico integrado que contemple o património móvel passível de mostra pública e complementar com um centro interpretativo do ciclo da produção do açúcar de beterraba;
- Abertura de concurso de ideias para apresentação de conceitos e projetos funcionais para os referidos imóveis.

Resolução da ALRAA n.º 12/2022/A, de 16 de março

Recomenda ao Governo Regional dos Açores, a criação de um núcleo museológico da indústria açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores (*Em resultado do Projeto de Resolução 75/XII (IL)*), bem como a cessação, de imediato, de qualquer operação de desmontagem e remoção de equipamentos, e inventariação de todo o equipamento relativo a outras preponderantes unidades industriais já desativadas.

2024 Requerimento PAN – Proteção e reconversão do património da SINAGA

No seguimento da Resolução da ALRAA n.º 11/2022/A, de 10 de março, é entregue requerimento com solicitação de respostas escritas, dirigidas ao Governo Regional dos Açores, relativamente ao ponto de situação da proteção e reconversão do património da SINAGA.



3. PROCESSOS PARTICIPATIVOS: PROMOVER O DEBATE E ENVOLVER A COMUNIDADE

A Comissão de Trabalho para a intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar, unanimemente, entendeu que seria fundamental envolver e auscultar os cidadãos, enquanto potenciais utilizadores, num processo democrático de tomada de decisões conjunta, respeito mútuo e empoderamento.

Neste âmbito, a Comissão de Trabalho entendeu que, além da promoção do debate público previsto no Protocolo de Colaboração e no Contrato de prestação de serviços, seria pertinente a criação de um micro site, com os objetivos de:

- Sensibilizar os cidadãos da comunidade local e outros interessados para a importância que o património industrial representa para o desenvolvimento das cidades e dos seus habitantes, contribuindo para a regeneração e consolidação dos tecidos urbanos e criação de centros de dinamização económica social e cultural;
- Diligenciar pela participação, consciente, responsável e alargada dos cidadãos da comunidade local e de outros interessados na reflexão e discussão acerca dos problemas e oportunidades que a requalificação dos edifícios e espaços envolventes da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool oferecem;
- Desconstruir eventuais ideias preconcebidas sobre possíveis soluções que sejam convencionais e que possam preexistir junto do cidadão comum, através da apresentação de exemplos de intervenções em património industrial bem-sucedidos;
- Divulgar os programas dos debates públicos sobre a intervenção e eventual requalificação da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool, que contam também com a participação de especialistas vindos de diferentes universidades portuguesas;
- Promover a reflexão e o debate alargado sobre o que a requalificação do património edificado da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool representa para o desenvolvimento - económico, social e cultural - da comunidade local;
- Reunir contributos da parte dos cidadãos da comunidade local ou de outros interessados, para serem analisados pelas respetivas Comissões de Trabalho e tidos em consideração na elaboração dos documentos que vierem a ser produzidos, com vista à requalificação da Fábrica do Açúcar e da Fábrica do Álcool.

Assim, a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos disponibilizou a plataforma www.sinaga.pt, sendo que todos os cidadãos interessados tiveram a oportunidade de manifestar as suas preocupações e enviar os seus contributos, durante o período compreendido entre os meses de fevereiro e março de 2025.

A Comissão de Trabalho também elaborou e aprovou o programa do debate público, que compreendeu diferentes momentos de partilha de conhecimento, reflexão conjunta e recolha de contributos. Definiu como objetivos os seguintes:

- Divulgar amplamente a intenção de requalificação do espaço da antiga Fábrica do Açúcar, garantindo a presença de setores estratégicos de Ponta Delgada;

- Promover a reflexão e o debate de ideias sobre os problemas e oportunidades para o aproveitamento e reuso dos edifícios e espaços afetos à antiga Fábrica do Açúcar;
- Fomentar o diálogo intersectorial entre *stakeholders* regionais e locais;
- Identificar e propor soluções concretas para a reabilitação do espaço;
- Estimular a participação cidadã ativa na criação de ideias para o planeamento urbano desta zona da cidade.

Neste âmbito, a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos promoveu, no passado dia 22 de março, o debate público nas antigas instalações da Fábrica do Açúcar.

3.1. Programa do Debate Público

O debate público, promovido pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos nas antigas instalações da Fábrica do Açúcar, contou com cerca de 120 participantes e estiveram presentes, além do Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, Duarte Freitas, e do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro do Nascimento Cabral.



Figura 19 – Representantes do Governo dos Açores, da Câmara de Ponta Delgada e da Ordem dos Arquitectos.

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, Duarte Freitas (ao centro), o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro do Nascimento Cabral (à esquerda), e o Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa (à direita).

Autor: Hugo Moreira

O evento contou com a participação dos conferencistas e investigadores José Mota, Domingos Lopes, Joana Mourão e Rui Monteiro, numa sessão moderada por Isabel Soares de Albergaria. As comunicações, intituladas “desafios do urbanismo moderno, inclusivo e participativo”, “cidades sustentáveis e infraestruturas verdes”, “desafios energéticos e materiais da reocupação de edificado devoluto” e “turismo sustentável e planeamento urbano”, destacaram a importância da requalificação do património industrial para o desenvolvimento económico, social e cultural das populações.

Na mesa-redonda, que contou com a moderação da jornalista Inês Linhares Dias, participaram o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro do Nascimento Cabral, o Diretor Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, Nuno Sousa, o Presidente da direção da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Mário Fortuna, o Vice-Presidente da Direção da AICOPA, Francisco Morais, o Diretor do Museu Carlos Machado, João Paulo Constância, e o Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, Nuno Costa.

Ainda no período da manhã, as arquitetas Ana Fernandes e Carolina Cordeiro conduziram a visita às antigas instalações da fábrica do Açúcar, destacando aspetos relevantes da história e do edificado da fábrica.

Paralelamente aos trabalhos que decorreram durante o período da manhã, a população teve a oportunidade de manifestar as suas preocupações e apontar algumas propostas de ocupação, sendo que, durante o período da tarde, os participantes formaram grupos de trabalho para abordar os 4 desafios/oportunidades que reuniram maior consenso, tendo refletido e elaborado propostas de solução para a requalificação da Fábrica do Açúcar, as quais foram posteriormente apresentadas.

Mas, atendendo ao seu estado atual, como podemos recuperar este património industrial e dar-lhe um novo propósito? Essa foi a questão central deste encontro.

Esta iniciativa foi precedida por uma sessão sobre a antiga Fábrica do Açúcar, que teve lugar no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara, no concelho de Ponta Delgada, no dia 18 de março. Esta sessão, que procurou revigorar a memória da Fábrica, contou com a moderação de João Paulo Constância e a participação de Ana Maria Faria e Maia, António Arruda, Jorge Franco, João Pacheco de Melo e Augusto Cymbron.



Figura 20 – Debate Público nas antigas instalações da Fábrica do Açúcar.
Autor: Hugo Moreira



Figura 21 – Conferência “Planejar, Conservar, Usar e Gerir o Espaço Urbano”.
Autor: Hugo Moreira



Figura 22 – Mesa-Redonda com Stakeholders.
Autor: Hugo Moreira



Figura 23 – Visita guiada conduzida por Carolina Cordeiro e Ana Fernandes.
Autor: Hugo Moreira



Figura 24 – Fórum Participativo/Dinâmica de Grupos, coordenado por Isabel Sorores de Albergaria.
Autor: Hugo Moreira



Figura 25 – Sessão que teve lugar no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara, moderada por João Paulo Constância.
Autor: Hugo Moreira

PROGRAMA DO EVENTO

9:00h - **Sessão de Abertura**

Nuno Costa, Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, que fará uma breve apresentação da intenção de reabilitação do espaço correspondente à Fábrica do Açúcar.

9:30h - **Conferência “Planear, Conservar, Usufruir e Gerir o Espaço Urbano”**

- **Desafios do urbanismo moderno, inclusivo e participativo**

José Mota é Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro e Mestre em Planeamento e Projeto Urbano pela Universidade do Porto. Foi o Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional (2016-2020). Criou o Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas premiado recentemente com distinção Cooperação UA2023. Tem estado envolvido em vários projetos de investigação nacionais e internacionais sobre planeamento participativo de base territorial. Tem vindo a dinamizar várias iniciativas cívicas em prol das cidades e da cidadania.

- **Cidades sustentáveis e infraestruturas verdes**

Domingos Lopes é licenciado em Engenharia e Florestal e Arquitetura Paisagista, pela UTAD. É Mestre em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural, pela UTAD, e em Arquitetura Paisagista, pela Universidade de Évora. É doutorado em Ciências do Ambiente pela Universidade de Kingston (Londres). É Professor Associado com Agregação da UTAD. É o diretor de Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista, da UTAD. É Vice-Presidente da Fundação Côa Parque. É elemento da direção da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas.

- **Desafios energéticos e materiais da reocupação de edificado devoluto**

Joana Mourão é investigadora em arquitetura e urbanismo, integrada no Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura do Instituto Superior Técnico (CiTUA-IST). Detém pós-doutoramento em regeneração urbana e reabilitação habitacional (IST/LNEC), doutoramento em arquitetura, na vertente formas e dinâmicas urbanas (FAUP), pós-graduação em urbanismo (FEUP/FAUP) e licenciatura em arquitetura (DARQ-FCTUC). Leciona “Ambiente e Sustentabilidade” e “Arquitetura no Antropoceno” no Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE e da FAUL. Foi formadora na Ordem dos Arquitectos. Os seus interesses focam-se na regeneração contínua do ambiente construído, políticas públicas, inovação e criatividade na intervenção no ambiente construído.

- **Turismo sustentável e planeamento urbano**

Rui Coutinho Monteiro da Câmara Pereira é licenciado em Arquitetura Paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia, Pós-Graduado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Universidade dos Açores e é, atualmente, doutorando em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. Como funcionário público, exerceu diversos cargos dirigentes e

coordenou vários estudos e projetos nas áreas do ordenamento do território, urbanismo, paisagem e habitação, tendo participado com textos de autor em diversas publicações, na edição de livros e em vários congressos e outros eventos científicos. Integra, como associado, a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas e a Associação Portuguesa de Urbanistas. Atualmente desempenha as funções coordenador do grupo de trabalho técnico para a revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónomas dos Açores.

- **Moderação**

Isabel Soares de Albergaria, historiadora da arte, é doutorada em Arquitetura (IST, 2012). É Professora Associada da Universidade dos Açores onde dirige os cursos de Pós-Graduação em Turismo Cultural e mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento. É membro votante do International Scientific Committee on Cultural Landscapes ICOMOS-IFLA (UNESCO) e investigadora do CHAM - Centro de Humanidades FCSH-UNL/UAc, no qual é coordenadora do grupo de Arte, História e Património. Tem produzido investigação especialmente em História da Arquitetura e História dos Jardins e da Paisagem, bem como na área do Turismo Cultural.

10:45h - Debate aberto ao público

Reunindo os especialistas que proferiam às comunicações, o público terá a oportunidade de comentar e formular questões sobre os problemas, os desafios e as oportunidades da futura intervenção e requalificação da Fábrica do Açúcar, situada no concelho de Ponta Delgada.

11:00h - Coffee break

11:30h - Mesa-Redonda com Stakeholders

Discussão com representantes da administração regional, autarquias, associações culturais, Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Economistas, Câmara do Comércio de Ponta Delgada e agentes do planeamento turístico.

12:30h - Visita guiada

Carolina Cordeiro e Ana Fernandes, ambas arquitetas, convidam os participantes a fazerem um percurso que os levarão a viajar ao passado e darão a conhecer a história da Fábrica do Açúcar, enfatizando aspetos relevantes das estruturas edificadas no local e desvendando ao público espaços outrora interditos e pouco conhecidos.

13:15h - Pausa para Almoço

14:30h - Fórum Participativo/Dinâmica de Grupos – parte I

Pretende-se promover a formação de pequenos grupos, de dois a quatro participantes, com o objeto de identificarem os 3 principais problemas/desafios para a reabilitação dos espaços da antiga Fábrica do Açúcar, sendo que os resultados serão fixados e agrupados em categorias afins num painel.

De seguida, individualmente, cada participante (com 4 votos) vota nas

problemáticas que considerou mais relevantes podendo atribuir os 4 votos num único problema ou distribuir por outros.

No final do exercício, proceder-se-á à contagem e apresentação dos cinco grupos de problemas/desafios mais votados.

15:40h - **Soluções e Propostas**

Identificação conjunta das principais entidades responsáveis pela resolução e implementação de cada problema/desafio.

16:00h - **Fórum Participativo/Dinâmica de Grupos – parte II**

Sorteio de participantes para constituir 5 grupos de trabalho, com o objetivo de trabalhar sobre um dos desafios principais e elaborar, por escrito, a descrição do problema/desafio, a proposta de solução, incluindo objetivos, ações, entidades responsáveis/parcerias e modelos de financiamento.

No final, cada grupo procederá à apresentação das suas conclusões, mediadas por um porta-voz.

17:30h - **Encerramento**

3.2. Comunicações dos conferencistas e investigadores

Os artigos, que, seguidamente, se apresentam, resultam da participação dos conferencistas e investigadores no encontro sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar.

3.2.1. Desafios do urbanismo moderno, inclusivo e participativo

José Carlos Mota

Universidade de Aveiro / GOVCOPP

O artigo parte da análise dos desafios globais que marcam a sociedade contemporânea e explora o papel das cidades na resposta a problemas como o aquecimento global, a crise da habitação, o envelhecimento demográfico e a excessiva dependência do automóvel. Defende, assim, uma visão da cidade como espaço de esperança e de ação coletiva, ilustrada através de exemplos práticos de transformação urbana bem-sucedida. Destaca ainda a importância da participação cívica e da valorização dos recursos invisíveis das comunidades na construção de um futuro partilhado. Por fim, apresenta o caso da antiga Fábrica do Açúcar como uma oportunidade exemplar para repensar e transformar a cidade de Ponta Delgada.

A. Um mundo em transformação e desafios globais

O mundo ocidental atravessa um período de profunda instabilidade sociopolítica, marcado por conflitos armados em diversas geografias, nomeadamente, na Europa, e agravado por tensões na economia global. Neste contexto, os regimes democráticos sofrem uma crescente erosão. Segundo o *The Global State of Democracy 2024*, “uma em cada três pessoas que foram às urnas este ano votou em países onde o processo eleitoral está hoje pior do que estava há cinco anos”. Apenas “6,6% da população mundial vive atualmente em plena democracia, cerca de seis pontos percentuais a menos do que há uma década”²².

A par da crise sociopolítica, os fenómenos climáticos extremos tornam-se cada vez mais frequentes. Em outubro de 2024, na cidade de Valência, choveu, em apenas oito horas, o equivalente à precipitação de um ano inteiro. As ruas transformaram-se em rios, arrastando viaturas como se fossem barcos de papel. Morreram mais de 220 pessoas. Na Califórnia, em janeiro de 2025, os incêndios destruíram mais de 150 km² — o dobro da área da cidade de Lisboa —, tornando-se nos mais devastadores em mais de quatro décadas.

Regista-se que há um ano que o mundo mantém temperaturas 1,5°C acima dos valores da era pré-industrial, uma situação comparável a permanecer um ano inteiro com febre moderada a elevada. Face a este cenário, o novo governo dos Estados Unidos da América decide afastar-se do Acordo de Paris, e o presidente lança o apelo “drill, babe, drill”, renovando a aposta na extração de petróleo, em contraciclo com todas as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas.

²² <https://www.idea.int/g sod/2024/>

Esta breve descrição do contexto atual em que vivemos constitui o pano de fundo para a discussão dos desafios locais e da necessidade de um urbanismo que procure dar-lhes respostas.

B. Do global ao local: os desafios das cidades

Nos últimos anos, as cidades têm vindo a afirmar-se como laboratórios de resposta aos desafios globais que enfrentamos. Existe a convicção crescente de que é à escala local, marcada pela proximidade, que poderão ser ensaiados novos caminhos para os grandes desafios sociais, nomeadamente a inclusão social (em especial de idosos ou de pessoas em situação de pobreza e imigrantes), a transição energética e climática, bem como a reinvenção dos modelos de produção e consumo.

A proximidade é o novo *zeitgeist* do urbanismo contemporâneo. Como escrevi recentemente, “é necessária e urgente uma mudança de estilos de vida, por várias razões: pelas ambientais, para reduzir as deslocações em transporte individual (que consomem energia fóssil e emitem CO2) e, com isso, melhorar a qualidade do ar e reduzir a sinistralidade rodoviária; mas também por razões sociais e económicas, para ativar redes de solidariedade e de vizinhança, gerar produção de circuitos curtos e promover consumos que dinamizem a economia local”²³.

No entanto, como vários autores têm alertado, as palavras podem encerrar significados equívocos. “Estar próximo não é sinónimo de estar ligado ou conectado. As casas que juntam vizinhos nem sempre têm janelas ou portas abertas, podendo até estar de costas voltadas. As escolas de bairro erguem muros para que as crianças não usem os recreios ao fim de semana. As lojas devolutas desesperam anos por vida urbana, em locais onde há carência de espaços para acolher serviços de apoio à comunidade. Há moradores de um prédio que nunca trocaram um bom dia, quanto mais um pacote de açúcar”²⁴. A solidão também mata²⁵.

Acresce que, “para muitos, a proximidade é um bem inalcançável. O trabalho fica a mais de uma hora de distância e os serviços do quotidiano — dos transportes à educação, passando pela saúde, cultura e desporto — são escassos e de difícil acesso e usufruto. Para outros, a geografia difusa não se encaixa em modelos predefinidos da cidade canónica”. Ainda assim, “a proximidade, entendida nos seus diferentes graus e intensidades, tomando a forma de espírito de vizinhança, solidariedade e cuidar coletivo ou sentido de pertença, como Ezio Manzini tem alertado, pode ser um desígnio comum, um desafio de futuro para arrumar melhor as vidas dispersas que as diferentes crises (financeira, pandémica ou climática) baralharam”²⁶.

Esta narrativa da proximidade encerra vários riscos: “centrar a sua ação nas zonas centrais, onde há massa crítica; ser concretizada de forma apressada, deixando muitos de fora; ser entendida como um privilégio de elites; ou não ser de fácil aplicação nos bairros periféricos, quer pelo contexto (distância), quer pela fragilidade das condições”²⁷. “Não há soluções mágicas para implementar a “revolução da

²³ <https://lisboaparapessoas.pt/2023/09/06/cidade-de-proximidade/>

²⁴ Idem 2

²⁵ <https://www.hhs.gov/sites/default/files/surgeon-general-social-connection-advisory.pdf>

²⁶ Idem 2

²⁷ Idem 2

proximidade”, nem esta se faz por decreto. Mas há combinações de medidas de curto e médio prazo que poderão ser ensaiadas”²⁸.

Vários países têm vindo a desenvolver algumas iniciativas inspiradoras.

A iniciativa “Quartiers de demain”, lançada pelo presidente francês Emmanuel Macron, pretende transformar dez bairros prioritários em laboratórios de inovação arquitetónica, urbana e paisagística até 2030. O projeto envolve arquitetos, urbanistas e paisagistas, e tem como objetivo “melhorar a qualidade de vida das populações, respeitando a sustentabilidade ecológica e a inclusão social”.

Os locais selecionados representam realidades geográficas distintas e as propostas de intervenção variam entre a requalificação de espaços públicos, criação de zonas verdes e renovação de infraestruturas, evitando a demolição de edifícios. Esta iniciativa tem como dimensão fundamental a participação cidadã. Cada bairro terá um júri de moradores que ajudará a avaliar os projetos e a escolher as equipas vencedoras. O financiamento inicial cobre a fase de consulta, com 500 mil euros por município para apoiar os estudos.

Contudo, viver nas cidades enfrenta hoje obstáculos consideráveis. Um dos principais desafios é a crise da habitação que impede muitas famílias de aceder a casa própria ou ao arrendamento em cidades como Lisboa e Porto. Dados citados pelo jornal Público referem que, em Lisboa, é necessário “reservar 58% do rendimento mensal para adquirir uma casa ou 67% para a alugar”²⁹, excluindo assim uma parte significativa da população.

A pobreza, em particular a infantil, é um desafio social urgente. O Expresso indica que, em 2021, “duas em cada dez crianças até aos 15 anos viviam em situação de pobreza, totalizando 226 mil pessoas, das quais 76 mil tinham menos de seis anos”³⁰.

O envelhecimento demográfico constitui outro desafio relevante. Portugal é o “4.º país mais envelhecido do mundo”, com “um quarto da população com mais de 65 anos”. Destaca-se que “cerca de meio milhão de pessoas com mais de 65 anos vive sozinha”³¹ (7% da população), número que duplica (para 1,2 milhões, um quarto da população) se incluirmos casais sem outros familiares. Embora as mulheres continuem a ser a maioria a viver sós (dois terços), o aumento na última década foi mais acentuado entre os homens (47%).

A perda do espaço público como lugar de encontro e socialização, sobretudo entre os jovens, é outro fator preocupante. Um estudo refere que “apenas 27% das crianças brincam regularmente na rua” (El País), muito menos do que nas gerações anteriores, evidenciando um problema na “qualidade e quantidade de ofertas de encontro público nas cidades”³².

A dependência do automóvel é igualmente um ponto crítico. O peso do carro nas deslocações casa-trabalho “triplicou em quarenta anos (66%)”, apesar de “30 a 40% das

²⁸ Idem 2

²⁹ <https://www.publico.pt/interactivos/mapa-rendas-onde-consigo-viver/>

³⁰ <https://expresso.pt/geracao-e/2023-11-20-Portugal-e-o-segundo-pais-com-menos-criancas-da-UE-e-dois-em-cada-dez-jovens-vivem-em-situacao-de-pobreza-563e6945>

³¹ <https://www.publico.pt/2024/07/11/sociedade/noticia/velhos-viver-sozinhos-menos-criancas-portugueses-estao-solitarios-2097102>

³² <https://elpais.com/salud-y-bienestar/2024-06-02/te-falta-calle-y-si-el-problema-no-es-el-exceso-de-pantallas-sino-el-escaso-tiempo-al-aire-libre.html>

deslocações em automóvel serem de curta distância ou duração”, o que sugere um potencial de redução com estímulos adequados. O envelhecimento da frota automóvel é também relevante: “7 milhões de veículos, com idade média de 13,4 anos”³³.

Nunca se passa nada no meu bairro, de Ellen Raskin, editado em Portugal pela Buaá Editora, oferece uma metáfora perfeita para estes tempos estranhos. Afogados em lixo comunicacional, perdemos a capacidade de distinguir o que realmente importa. Seguindo modas impostas por outros, esquecemo-nos do que nos torna únicos. Com medo do diferente, enclausuramo-nos em bolhas de conforto. No entanto, há coisas extraordinárias a acontecer nos nossos bairros. Só precisamos de abrir os olhos e ir à procura delas.

C. A Cidade como esperança e construção coletiva — exemplos inspiradores

Não existem soluções pronto-a-vestir, temos de as experimentar, avaliar e replicar. O caminho pode passar por convocar vontades, selecionar os desafios prioritários que estão ao nosso alcance e começar por fazer as coisas mais fáceis e com impacto. Apesar dos desafios, as cidades são vistas como espaços de esperança e transformação.

Existe um conjunto de exemplos de modelos urbanos inovadores:

Cidade esponja

Um conceito desenvolvido pelo arquiteto paisagista Kongjian Yu, trata-se de um modelo de cidade resiliente à água, através da qual se desenvolvem soluções baseadas na natureza para absorver, armazenar e libertar águas pluviais através de telhados verdes, jardins de chuva, zonas húmidas, superfícies permeáveis, com benefícios como a “redução de inundações, aumento da biodiversidade, melhoria da qualidade do ar, espaços recreativos”.³⁴

Micro-bosques urbanos

A prefeitura de Paris tem como aposta estratégica o verdejar da cidade, promovendo ações de plantação de árvores e de pequenos bosques urbanos. O plano climático propõe-se criar 300 ilhas de calor até 2030. A micro-floresta da Praça da Catalunha³⁵ em Paris é uma intervenção na qual uma antiga rotunda foi transformada, gerando um ponto de encontro dos moradores do bairro e um refúgio climático para responder ao problema do calor excessivo. Foram plantadas 478 árvores e 16 mil plantas com uma organização espacial bem conseguida.

Ruas escolares

A prefeitura de Paris está a criar quase 200 *rues aux écoles*³⁶, fechando o trânsito rodoviário na envolvente dos estabelecimentos de ensino e promovendo um novo espaço verde e de brincadeira. Foram convidados gabinetes de urbanismo e

³³ Mota, J. C. (2024). Creativity for Sustainable Cities. In K. Tschimmel (Ed.), *Creativity for a Sustainable Future*. Porto: Mindshake.

³⁴ <https://www.publico.pt/2024/06/10/azul/noticia/kongjian-yu-quer-transformar-cidades-esponjas-solucao-cheias-secas-2093378>

³⁵ <https://mairie14.paris.fr/pages/foret-urbaine-place-de-catalogne-19486>

³⁶ <https://www.paris.fr/pages/57-nouvelles-rues-aux-ecoles-dans-paris-8197>

paisagismo e coletivos de cidadãos para conceber os projetos de pedonalização e revegetação.

Piazze Aperte

O projeto Piazze Aperte³⁷ em Milão transformou o espaço público, sobretudo nos lugares de maior potencial de sociabilização, como são as envolventes das escolas e os centros dos bairros. Estas ações de transformação do espaço público de forma gradual, barata e rápida através de um conjunto de ações táticas urbanas, abrindo convocatórias à comunidade para identificar as áreas de intervenção, concebendo os projetos numa lógica de cocriação com os moradores e comerciantes usando os materiais existentes nas estruturas municipais (bancos, floreiras) e encontrando pequenos apoios para o que falta.

Espaços desportivos não convencionais

O modelo do Basket Triangle, concebido pelo 100 Architects em Xangai, é uma iniciativa particularmente inspiradora. Trata-se de uma instalação baseada no basquetebol, onde a estrutura apresenta “cestos posicionados de formas não convencionais — de cabeça para baixo, em vários ângulos e a diferentes alturas”, permitindo jogar e treinar habilidades de forma criativa e envolvente.³⁸

Sentido de pertença

O gabinete Gehl - Making Cities for People desenvolveu o projeto UrbanBelonging que pretende investigar “como as pessoas percebem, vivenciam e se ligam à cidade de Copenhaga”. Ao envolver os cidadãos, o projeto oferece aos decisores, técnicos e investigadores “novas perspetivas sobre até que ponto o espaço público acolhe ou estimula dinâmicas informais de diversidade, equidade e inclusão”³⁹.

Muitos dos exemplos inspiradores referidos de transformação urbana social e ecológica impõem um novo modelo de envolvimento dos cidadãos com três cuidados principais: um exercício colaborativo de conceção de uma narrativa comum para o futuro dos lugares, que explicita temas agregadores; um trabalho de costura de proximidade (física, relacional, emocional) entre pessoas e espaços; uma ação de experimentação de possibilidades de mudança, mobilizando saberes, recursos e vontades.

Como refere Mattern (2017), “em vez de mais modelação paramétrica gratuita, precisamos de pensar em epistemologias urbanas que acolham a memória e a história; que reconheçam a inteligência espacial como sensorial e experiencial; que considerem as formas de conhecimento de outras espécies; que valorizem a sabedoria das multidões e comunidades locais; que reconheçam a informação incorporada nas fachadas, na flora, na estatuária e nas escadarias da cidade; que procurem integrar formas de cognição distribuída que se assemelhem aos próprios processos cognitivos distribuídos do nosso cérebro”⁴⁰.

³⁷ <https://www.comune.milano.it/aree-tematiche/quartieri/piano-quartieri/piazze-aperte>

³⁸ <https://amensagem.pt/2025/04/01/cesto-colorido-xangai-lisboa-mudar-cidades/>

³⁹ <https://urbanbelonging.com/>

⁴⁰ <https://placesjournal.org/article/a-city-is-not-a-computer/>

Esta necessidade de participação cidadã através de metodologias colaborativas de escuta ativa deve mobilizar um conjunto de recursos invisíveis da participação, nomeadamente as histórias de vida e memórias coletivas, os lugares, espaços e edifícios (devolutos ou subaproveitados), o conhecimento científico, técnico e empírico/tácito e as redes de organizações.

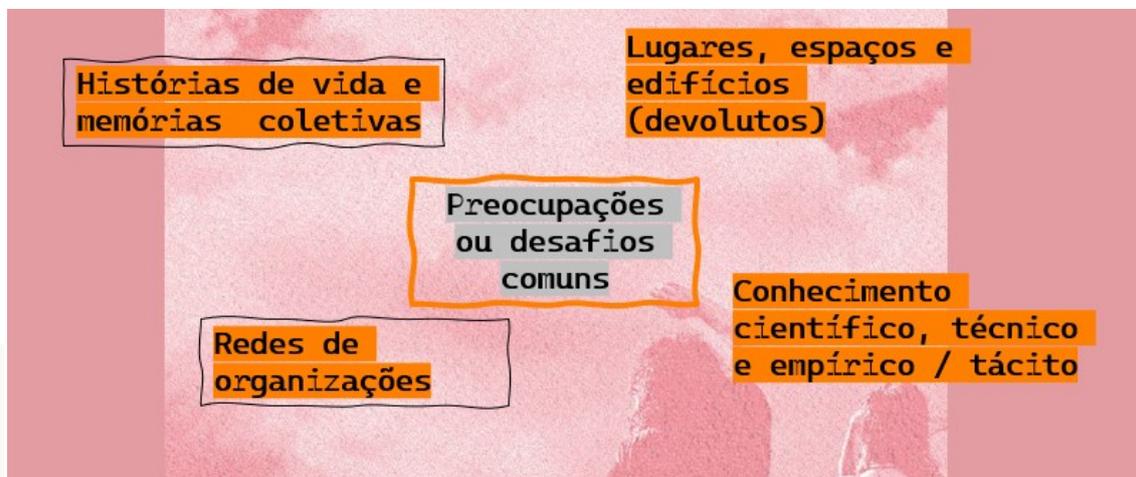


Figura 26 – Recursos invisíveis da participação.

D. O processo participativo da Fábrica do Açúcar (SINAGA) em Ponta Delgada

O encontro participativo sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar (SINAGA), em Ponta Delgada, é uma iniciativa exemplar promovida pela Ordem dos Arquitectos - Secção Regional dos Açores e pelo Governo dos Açores, que envolveu o município e demais organizações locais, para refletir sobre o futuro de duas unidades industriais devolutas de propriedade pública — a Fábrica do Açúcar e a Fábrica do Álcool — e que visa reunir especialistas, entidades locais e a comunidade para discutir o futuro deste espaços.

Quando fui convidado para participar neste evento, recordei-me da peregrinação dos romeiros de São Miguel. No período antes da Páscoa, realiza-se uma peregrinação num percurso que atravessa várias igrejas e capelas da ilha. Trata-se de uma tradição antiga que leva grupos de católicos organizados em ranchos de diferentes localidades a dar a volta à ilha a pé, vestidos com uma indumentária tradicional, com o objetivo de pagar promessas, cantando e rezando ao longo do percurso. O percurso é feito no sentido dos ponteiros do relógio, ou seja, tendo sempre o mar à esquerda. A saída do rancho deverá ser antes de o alvorecer, e a entrada na localidade das pernoitas, logo a seguir ao pôr do sol. Só no final da volta à ilha é que os romeiros regressam a casa.

Tal como os romeiros percorrem a ilha numa viagem de fé e compromisso, também o processo de repensar o futuro de lugares simbólicos exige um percurso coletivo, onde se confrontam as memórias do que foi com os desejos do que está por vir. Irão surgir, certamente, caminhos alternativos encruzilhados. E, não havendo mapas predefinidos, o caminho terá de ser feito caminhando. Uma peregrinação coletiva que só terminará quando se chegar a bom porto.

Foi isso mesmo que a Ordem dos Arquitectos - Secção Regional dos Açores realizou.

Como primeiro passo, mobilizou a comunidade interessada — antigos trabalhadores, defensores do património arquitetónico e histórico, responsáveis de organizações e cidadãos ativos —, essencial para dar visibilidade e relevância ao tema. Depois, enquadrou a discussão num contexto mais amplo, refletindo sobre os desafios urbanos, a evolução das cidades, os cuidados técnicos de intervenção (paisagismo, energia, mobilidade) e experiências inspiradoras aplicáveis a casos semelhantes. Por último, organizou visitas acompanhadas ao local, permitindo uma leitura mais aprofundada do seu potencial e das suas limitações. A partir daí, promoveu conversas em grupo para clarificar ideias, procurar consensos e definir objetivos comuns. Como culminar, está a construir um caderno de encargos para orientar futuros estudos de planeamento e projetos de conceção. Esta metodologia deve servir de referência para outros processos semelhantes.



Figura 27 – Fábrica do Açúcar (SINAGA) de Ponta Delgada, 1955.

Fonte: Arquivo Histórico da SG Economia

A Fábrica do Açúcar (SINAGA) de Ponta Delgada foi uma empresa fundada em 1886, como resposta ao declínio da economia da laranja, aproveitando as condições favoráveis ao cultivo da beterraba e da batata-doce. Como se pode constatar pela fotografia, é possível ver os trabalhadores a descarregar a beterraba, num registo que evidencia a atividade industrial da época. A fábrica foi uma das maiores de Ponta Delgada, chegando a empregar 150 trabalhadores.

O território em análise é uma enorme oportunidade de repensar não só o espaço da antiga fábrica, com uma área de 5 hectares localizado na entrada poente de Ponta Delgada, próxima do Aeroporto, mas também a cidade como um todo.

Esta operação permitirá repensar todo o território da “cidade poente” de Ponta Delgada, na sua relação urbano-rural e na ligação à frente marítima. Pode também ser uma forma de ligar o passado e o futuro, conectando as memórias coletivas dos trabalhadores, os objetos e os espaços à resposta aos desafios sociais e

necessidades da comunidade. Nesse sentido, devem ser convocados os vários saberes e disciplinas (economia, artes, ciência, tecnologia, cidadania) e equacionar vários modelos de transformação (permanentes ou temporários), flexíveis e adaptáveis.



Figura 28 e Figura 29 – Cidade de Ponta Delgada e terrenos da antiga Fábrica do Açúcar.

Fonte: Googlemaps

Por último, convém perceber o bem maior que este momento confere e aceitar que não será possível que todos estejam de acordo com a solução final. Ainda assim, a auscultação dos contributos dos grupos de trabalho permitiu-me concluir que surgiu uma aproximação significativa entre modelos desejados.



Figura 30 e Figura 31 – Encontro participativo sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar.

E. Reflexões finais e a importância da esperança

Esta reflexão começou por apresentar um cenário complexo de desafios urbanos, impulsionados por fatores globais, como as alterações climáticas, mas que se manifestam de forma aguda a nível local em questões sociais, económicas e ambientais. No entanto, pretendi deixar uma mensagem de esperança, destacando o potencial das cidades para a transformação, através de abordagens inovadoras, da renaturalização e, crucialmente, da participação ativa e da escuta atenta dos cidadãos.

O caso da antiga Fábrica do Açúcar (SINAGA), em Ponta Delgada, serve como exemplo tangível de como um local com história pode ser reimaginado para responder aos desafios do presente e do futuro, através de uma abordagem inclusiva e adaptável.

O método é uma peça essencial para alcançar os objetivos propostos. Neste caso, o cuidado com a mobilização dos participantes, a escuta ativa, as visitas e aprendizagens

partilhadas, bem como o exercício de cocriação do programa que virá a orientar a transformação, constituem um contributo valioso para conceber uma solução mais adequada para os cidadãos e para a cidade.

Este exercício tem ainda um outro valor: mostra como, em tempos de incerteza, as cidades podem funcionar como espaços de possibilidade para outros futuros, capazes de oferecer respostas aos anseios e preocupações, mas, sobretudo, de alimentar a esperança num futuro melhor.

3.2.2. Cidades sustentáveis e infraestruturas verdes

Domingos Lopes

UTAD / Fundação Côa Parque / APAP

Num contexto de visões multidisciplinares, multifuncionais e multiperspetivas, do que pode ser a requalificação da antiga Fábrica do Açúcar de Ponta Delgada, este espaço constitui uma “verdadeira Pérola” da cidade de Ponta Delgada, indiscutivelmente relevante para a Arquitetura Paisagista.

Os Açores são considerados “paraíso na terra” e a região é reconhecida internacionalmente pela sua beleza, pela força e intensidade da natureza e pela forma magistral como o homem soube trabalhar estas Paisagens, num diálogo profundo de respeito pela mesma. A construção, as atividades económicas, as estruturas de conectividade, souberam inserir-se neste meio natural e o ecoturismo (mais do que o turismo de massas) tem enorme potencial de alavanca destes territórios.

Sugeriu-se que, ao abordar a requalificação urbana, se deva optar por ler, refletir e analisar casos de sucesso noutros contextos. Mencionou especificamente exemplos de parques industriais abandonados, atualmente fantásticos parques verdes urbanos e periurbanos, como exemplos positivos de transformação, que se constituem como exemplos inspiradores em parques verdes que promovem a qualidade de vida das pessoas. Expressam a multifuncionalidade destas estruturas e contribuem para a promoção do bem-estar das suas pulações, numa abordagem de diálogo com o que era a sua história, mas ampliando o que são as potencialidades de verdadeiro usufruto atual.

As cidades constituem-se naturalmente como “polos de desafios”, constituindo-se como espaços artificiais, tendencialmente impermeáveis, desprovidos de natureza e tendencialmente constituindo-se como ilhas de calor. As pessoas, mesmo que por vezes nem sempre de forma consciente, tendem a procurar a natureza nestes ambientes urbanos, para busca de um maior conforto. A natureza, em contexto urbano, aumenta esse conforto, a resiliência dos territórios e a segurança dos mesmos.

Ao aplicar estes princípios à Fábrica do Açúcar, realçou-se o “enorme potencial” deste espaço, cujo aproveitamento pode passar pela integração da zona industrial abandonada com estruturas multifuncionais, integrando-as com espaços verdes e jardins, mantendo-se a sua história. É importante e inteligente ponderar a possibilidade de o espaço acolher e compatibilizar arte, economia (desde logo, disponibilizando pontos de venda de produtos tradicionais locais), com possibilidades de lazer e usufruto da natureza, funcionando como um *hub* de entrada na ilha, num reforço do que é o potencial natural da ilha com potencial, para atrair turistas, gerar economia, educar para o lazer e para a sustentabilidade.

Reforçou-se a necessidade de criar circuitos de diálogo com o centro da cidade, com o cuidado de não gerar desequilíbrios com as dinâmicas preexistentes. Defendeu-se a importância crescente de renaturalizar as cidades e de ampliar os espaços verdes e

jardins das áreas centrais. A arquitetura paisagista sublinha a importância de trazer “o máximo de vegetação” para o espaço, transformando os percursos de cimento em solos ou pavimentos permeáveis, numa leitura correta de gestão eficiente do ciclo da água.

Durante a discussão, no painel de debate, destacou-se a ligação com o mar como estruturante e a necessidade de maximizar essa proximidade. Mencionou-se que a proximidade ao aeroporto impõe cuidados na escolha da vegetação para evitar fauna. Introduziu-se a ideia de a área poder contribuir para que Ponta Delgada se torne uma “cidade esponja”, absorvendo a água da chuva para gerir picos climáticos extremos, e sugeriu que se conserve a água doce no local, mesmo que a ligação ao mar tenha de ser apenas visual. Apresentou um exemplo (Padaria Nadir Afonso em Vila Real) para ilustrar o risco de ceder a *lobbies* e desvalorizar património valioso, o que reforça a sua visão de valorizar “aquilo que é nosso”. Vê a presença de decisores políticos genuinamente interessados como um fator de esperança.

A perspetiva expressa para a Fábrica do Açúcar centra-se na criação de um espaço multifuncional vibrante que integre a memória industrial com a natureza (verde e azul), utilize a área como um polo dinâmico para a cidade e ilha (turismo, economia, cultura, ensino), aprenda com exemplos internacionais, e se baseie numa abordagem que valorize o património e a sustentabilidade, gerindo os desafios específicos da localização.

Assim, em jeito de súpula, pode vislumbrar-se o espaço como um potencial Jardim Botânico da diversidade da ilha, ou uma estrutura de ensino que integre história da arte, botânica, turismo e economia, num diálogo que não deve esconder o carácter industrial histórico do mesmo. A compatibilização de todos estes *layers* é possível, e até desejável.

3.2.3. Desafios energéticos e materiais da reocupação de edificado devoluto

Joana Mourão
CITUA-IST

A missão de proteger e recuperar o património edificado implica definir objetivos e tomar decisões seletivas, com base em avaliações criteriosas dos impactes dessa recuperação, em diferentes dimensões complementares. Para esse fim, este breve registo da comunicação ocorrida na fábrica de Açúcar da SINAGA, em Ponta Delgada, apresenta pressupostos e orientações gerais para uma reabilitação adequada e sustentável deste edificado devoluto, com referência a objetivos socioambientais relevantes, e também a casos ilustrativos na Europa⁴¹.

Num processo de recuperação do edificado com sentido estratégico as escolhas e decisões respondem a objetivos claros que refletem desígnios da comunidade. Nesse sentido, uma reabilitação sustentável, que não comprometa recursos nem equilíbrio socio-ecológicos vitais, deve ser desenvolvida, pelo menos, com três objetivos complementares: a preservação técnico-cultural; a eficiência energética e ambiental; e a coesão social⁴². Na fábrica do Açúcar da SINAGA, o maior complexo industrial dos Açores até ao séc. XX, estes objetivos concretizam-se de forma específica e colocam desafios e oportunidades a considerar e ponderar.

⁴¹ <https://www.houseeurope.eu/renovation-stories/>

⁴² Mourão, Joana. 2024. Multicriteria Assessment of Urban Buildings' Rehabilitation for Integrated Urban Regeneration. In Urban Regeneration Trends in Europe, Ed. U. Altrock e D. Kurth, U. Kassel, Springer: Switzerland (eBook) https://doi.org/10.1007/978-3-031-64773-4_0

Quanto ao objetivo da eficiência energética e ambiental, em que esta comunicação se focou com maior detalhe, este implica uma visão conjunta dos recursos materiais e energéticos envolvidos, para poder convergir para a sustentabilidade e viabilidade da intervenção, bem como para os objetivos de preservação patrimonial e de adequação às necessidades da comunidade.

A eficiência ambiental da reabilitação do edificado implica, para além de contenção no uso de recursos, o controlo dos impactes no clima, interior e exterior, local e global. Este objetivo abrangente é legitimado pela regulação do potencial de aquecimento global (GWP) recorrendo à análise de ciclo de vida (LCA) dos edifícios em reabilitação, que evidencia as vantagens da recuperação de edifícios, componentes e materiais, em termos de energia incorporada (na reconstrução) e operacional (na climatização), e lhes confere um suporte técnico e métrico. Este quadro analítico de referência⁴³ (Figura 32) pode orientar reduções significativas em emissões de gases com efeito de estufa (carbono), ajudando a cumprir os compromissos climáticos do Acordo de Paris⁴⁴.

Quanto aos desafios no uso de materiais, na reabilitação a preexistência é o ponto de partida e reflete um valor cultural, arquitetónico histórico e técnico. Atualmente, face aos desafios de sustentabilidade, a preexistência tem um valor material intrínseco, pois a sua valorização pode evitar a nova extração de materiais, reduzir consumo de energia e emissões de carbono e assim mitigar as alterações climáticas crescentes.

A fábrica do Açúcar da SINAGA é um banco de estruturas e materiais onde se encontram componentes que podem participar na reconfiguração da identidade do novo uso, se reveladas por um diagnóstico orientado por objetivos de sustentabilidade. Não será possível nem desejável conservar tudo, mas é possível armazenar, inventariar, selecionar, reutilizar, reaplicar, processos exigentes, mas com compensações significativas em termos económicos e ambientais (Figura 33).

Orientação: Evitar nova extração de materiais, conservando e reutilizando componentes e partes do edificado a recuperar; escolher os materiais que se adicionam, não só em termos de compatibilidade com os preexistentes, mas também em termos da sua pegada carbónica, privilegiando materiais locais, circulares, provenientes de desmontagens, ou biomateriais.

Quanto aos desafios no uso de energia, estes prendem-se com as necessidades de um edifício em termos de habitabilidade e conforto. Essas necessidades energéticas (designadas operacionais⁴⁵) podem ser controladas de forma passiva⁴⁶ de forma a reduzir o consumo de energia, que é também uma forma de mitigar as alterações climáticas.

Mitigar o impacte climático implica considerar, para usos determinados, necessidades de conforto ao longo das estações do ano, a curto e médio prazo, num clima em mudança e com crescentes fenómenos extremos⁴⁷ (Figura 35). Os diferentes edifícios que compõem esta fábrica devem ser sujeitos a um diagnóstico climático,

⁴³ CEN/TC 350. 2019, Sustainability of construction works, EN 15804:2012+A2:2019, Environmental product declarations. Core rules for the product category of construction products. European Standard, Brussels.

⁴⁴ Conference of the Parties. 2015. Adoption of the Paris Agreement, Dec. 12, 2015, U.N. Doc. FCCC/CP/2015/L.9/Rev/1

⁴⁵ CEN/TC 350. 2019, Sustainability of construction works, EN 15804:2012+A2:2019, Environmental product declarations. Core rules for the product category of construction products. European Standard, Brussels.

⁴⁶ AAVV. 2024. Guia de Formação em Arquitetura Bioclimática e Eficiência Energética nos Açores, Ordem dos Arquitetos, Secção Regional dos Açores e Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (ebook) https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_acores/noticias/guia-de-formacao-em-arquiteturabioclimatica-e-eficiencia-energetica-nos-acores

⁴⁷ AAVV. 2024. Guia de Formação em Arquitetura Bioclimática e Eficiência Energética nos Açores, Ordem dos Arquitetos, Secção Regional dos Açores e Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (ebook) https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_acores/noticias/guia-de-formacao-em-arquiteturabioclimatica-e-eficiencia-energetica-nos-acores

considerando a relação entre o interior e o exterior, o acesso solar e a exposição a situações climáticas extremas.

Orientação: Dotar o edificado recuperado com eficiência e suficiência energética, irá reduzir as necessidades energéticas de aquecimento e arrefecimento e de garantia da qualidade do ar interior, e essas necessidades podem ser supridas com energia renováveis integradas localmente, no próprio edifício, ou no terreno adjacente (ou na rede insular descarbonizada), tendo em vista o standard NZEB (nearly zero energy building).

As decisões a tomar para recuperar materiais e assegurar conforto prendem-se com os usos atribuídos, a curto e médio prazo. Se a preservação e eficiência forem objetivos estratégicos assumidos, estes usos devem ser compatíveis com a mitigação climática, por via da regulação do potencial de aquecimento global da intervenção.

O uso museológico, incontornável num local com esta História industrial, poderá não ser suficiente para reativar todo este legado de forma durável (Figura 37). Usos mistos no edificado existente, introduzidos em diferentes fases (uso habitacional para novos modos de habitar, comercial, recreativo, ou até uso de armazenagem para construção civil circular - para memória futura da atividade industrial), podem assegurar uma vivência mais contínua e frutífera do espaço evitando o acentuar da sua degradação.

Orientação: Assegurar um habitat sempre vivo, com auto manutenção e para esse fim decidir usos adequados em diferentes momentos temporais e nas diferentes partes do complexo, permitindo uma intervenção de recuperação e uma ocupação faseada, reconhecida como legítima pela comunidade que tem participado ativamente neste processo.

A intervenção na Fábrica da SINAGA pode, portanto, assumir diferentes objetivos legitimados pelas diversas vontades em presença: os de preservação material e cultural, os de eficiência energética e ambiental, e ainda os de uso adequado e acessível a todos, em diferentes horizontes temporais, como forma de contribuir para a vivência social plena do espaço.

Contudo, para poder responder a estes objetivos de forma equilibrada e ponderada, considera-se que a intervenção deverá ser conduzida por uma avaliação com critérios correspondentes a cada um destes objetivos, passíveis de verificação e compreensão pela comunidade e entidades envolvidas.

Etapa de Produto			Etapa de Construção		Etapa de Uso e Manutenção							Etapa de Fim de vida				Etapa de Beneficiamento
A1	A2	A3	A4	A5	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	C1	C2	C3	C4	D
Extracção de matéria-prima	Transporte	Manufatura	Transporte	Construção e instalação	Uso	Manutenção	Reparo	Reposições	Reformas	Consumo de energia	Consumo de água	Demolição	Transporte	Processamento de resíduos	Descarte / destinação de resíduos	Recuperação Reuso Reciclagem
Impacto Incorporado										Impacto Operacional		Impacto Incorporado				Impacto Incorporado e Operacional

Figura 32 - Fases e respetivos módulos de avaliação do ciclo de vida de edifícios.

Fonte: EN/TC 350. 2019, Sustainability of construction works, EN 15804:2012+A2:2019, Environmental product declarations. Core rules for the product category of construction products. European Standard, Brussels. © LCA EN 15804



Figura 33 e Figura 34 - Lysbüchel Süd, Basileia: de armazém vinícola a habitação multifamiliar.
 Conversão de um edifício devoluto, armazém vinícola, com a revelação dos seus valores estruturais e arquitetónicos. A conservação estrutural configura a identidade da nova utilização habitacional.
 Fontes: <https://www.houseurope.eu/renovation-stories/> e <https://www.eschsintzel.ch/>



Figura 35 e Figura 36 - l'îlot Saint-Germain, Paris: de escritórios a habitação multifamiliar.
 Conversão de um edifício de escritórios devoluto em habitação, adicionando nova fachada para controlo climático passivo e de baixa energia. A estrutura é conservada.
 Fontes: Concheiro, Isabel. 2023. 'Démolition(s) en question: une approche pédagogique | Espazium'. 29. December 2023. <https://www.espazium.ch/fr/actualites/demolitions-en-question-une-approche-pedagogique> e © <https://www.fb-architectes.fr/>

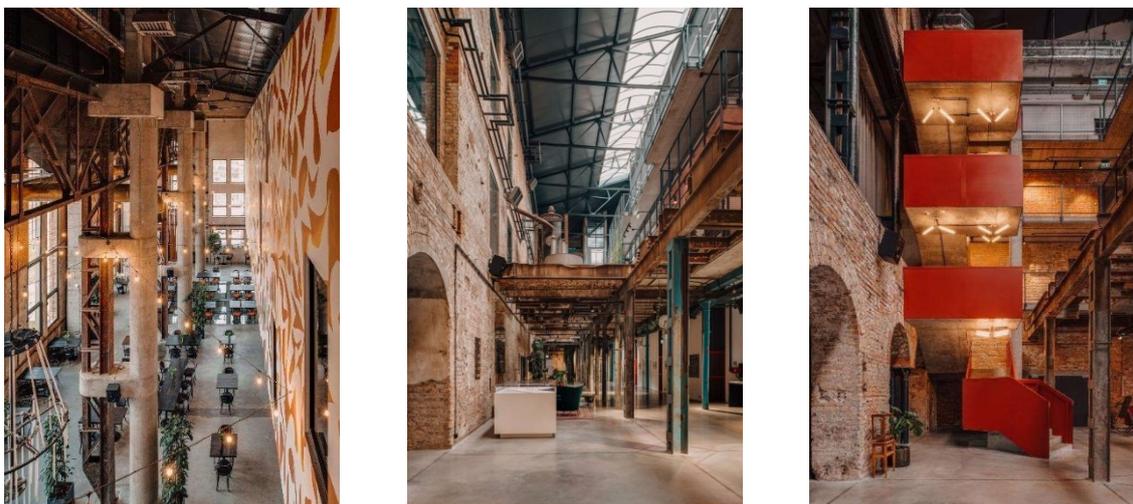


Figura 37, Figura 38 e Figura 39 - Żnin Sugar Factory Ckucrownia, Polónia.

Antiga fábrica de açúcar transformada em complexo multiusos, em convivência com a preexistência e monumentalidade do edifício, valorizadas com os novos usos e com elementos adicionados. Uso hoteleiro reversível para residência de estudantes ou outros segmentos.

Fontes: <https://www.houseeurope.eu/renovation-stories/> e <https://bulakprojekt.pl/pf/cukrownia-znin/>

3.2.4. Turismo sustentável e planeamento urbano

Rui Monteiro

Arquiteto Paisagista

A estrutura industrial da Fábrica do Açúcar da SINAGA desempenhou um papel fundamental na história da agroindústria micaelense e açoriana, marcando o desenvolvimento económico e social da Região, desde o final do século XIX e durante mais de um século.

Após entrar em inatividade, desde 2021, impõe-se colocar, pelo menos, as seguintes questões:

- O que fazer com esta estrutura arquitetónica?
- Quais os usos e valências a adotar que mais servem a cidade?

De facto, a imponência da arquitetura desta unidade fabril e a sua localização, em pleno casco urbano da cidade de Ponta Delgada, são evidências incontornáveis que devem servir de mote para este processo de participação pública, quanto ao futuro deste espaço.

A. Planeamento Urbano

O Urbanismo, segundo a Direção-Geral do Território, “é uma disciplina do planeamento que lida com o desenvolvimento físico, social, económico e ambiental das áreas urbanas, concretizando-se através dos planos urbanísticos, como sejam os planos de urbanização, os planos de pormenor e as unidades de execução”. Estes instrumentos de planeamento, de acordo com a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), devem assegurar a

harmonização dos vários interesses públicos com expressão espacial, bem como a sustentabilidade territorial.

A evolução da estrutura urbana de Ponta Delgada conta com várias etapas ao longo dos últimos séculos. Focando-nos nos tempos mais recentes, entre o final do século XIX e início do século XX, verificou-se a instalação de polos industriais nos extremos nascente e poente da cidade. No lado poente, para além da Fábrica do Açúcar da SINAGA, instalaram-se também as indústrias do tabaco, ainda existentes. Entretanto, a malha urbana desta zona da cidade foi sendo colmatada, à volta destas unidades industriais, através de bairros habitacionais, que se supõe, para fixação da população operária.

Ao longo do século XX, foram sendo desenvolvidos planos urbanísticos que contribuíram para pensar a organização da cidade. Realçamos os seguintes:

- Em 1946, surgiu o Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada do Arq. João Aguiar que ainda não previa o aeroporto e que projetava a primeira circular, bem como a estruturação urbana nos lados nascente e poente da cidade;
- Em 1963, foi apresentado o Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada do Arq. Nereus Fernandes que se destacou por propor a construção de uma circular viária à cidade, bem como a expansão urbana para poente, através da construção de diversos eixos viários na zona onde mais tarde veio a ser construído o aeroporto, que curiosamente não se encontrava previsto neste plano;
- Já em 1978, foi elaborado pelo Arq. Soares de Sousa o Plano Diretor da Cidade de Ponta Delgada que já contemplava o aeroporto, inaugurado em 1969, e que mantinha a ideia de construção da circular à cidade.

Todos estes planos proponham manter as valências industriais na cidade, entre as quais a Fábrica do Açúcar da SINAGA.

No entanto, só em 2000 é aprovado o Plano de Urbanização de Ponta Delgada e Áreas Envolventes (PUPDAE), da autoria do Arq. José Lamas.

Este plano urbanístico enquadrava a Fábrica do Açúcar da SINAGA na “Zona de reconversão da Rua de Lisboa/Avenida do Príncipe do Mónaco/Santa Catarina - ZR 1”, afirmando que esta zona “corresponde às atuais instalações das Fábricas do Açúcar e do Tabaco, que serão transferidas a curto prazo para zonas industriais, libertando assim grandes espaços dentro do tecido urbano consolidado da cidade. É importante que a futura ocupação urbana destas áreas se articule com a estrutura urbana adjacente e responda às suas necessidades funcionais”.

Para esta zona foi proposto a elaboração de um plano de pormenor, nunca desenvolvido, com os objetivos seguintes: a alteração do uso do solo; o traçado de novas vias e infraestruturas; as intervenções no parque edificado existente; e a definição de parâmetros urbanísticos de utilização e ocupação do solo.

O PUPDAE foi parcialmente suspenso em 2007, através da publicação da revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada (PDM).

Contudo, a primeira versão do PDM, de 2002, classificou aquele espaço como pertencente aos Espaços Urbanos – Cidade de Ponta Delgada, que, dispondo de uma densidade de edificação e nível de infraestruturação apreciável, se destinavam predominantemente à construção.

Atualmente vigora o PDM de 2007, que classifica este espaço como incluído nas “Áreas mistas de média densidade”, que correspondem às zonas com estrutura urbana consolidada da cidade de Ponta Delgada envolventes ao núcleo histórico central, onde coexistem as funções habitacionais e de comércio e serviços e que integram espaços ocupados com atividades industriais e de armazenagem a reconverter.

Podemos, assim, concluir que nos instrumentos de gestão territorial em vigor há claras orientações para a realocação das atividades industriais existentes, associada a objetivos de requalificação urbana.

B. Turismo Sustentável

O turismo sustentável visa, essencialmente, o uso adequado dos recursos ambientais, devendo respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades, incluindo a conservação do seu património cultural e arquitetónico construído, e assegurar que as atividades económicas sejam viáveis no longo prazo.

Esta qualificação do turismo tem como foco o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 2030), particularmente o seu objetivo 11 – “Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, uma vez que é o que está mais relacionado com esta temática do planeamento urbano.

Este ODS tem como principais metas para 2030, entre outras, as seguintes: a garantia do acesso à habitação (segura, adequada e a preço acessível); a possibilidade de fruição de espaços públicos e verdes; a urbanização inclusiva e sustentável; a proteção e salvaguarda do património cultural (incluindo o industrial); e a redução do impacto ambiental.

C. Observações finais

À semelhança da organização do tecido urbano da cidade de Ponta Delgada, no final do século XIX e início do século XX, os polos industriais que se instalaram naquela altura continuam a existir, acoplados a zonas urbanas com uso habitacional que carecem de reabilitação.

Particularmente para esta zona poente da cidade, tal como é referenciado pelo PUPDAE de 2000 e pelo PDM de 2007, há uma orientação para a realocação das atividades industriais existentes, associada a objetivos de requalificação urbana.

Assim, tentando responder às questões colocadas na introdução, podemos referir, o seguinte:

- A Fábrica da SINAGA tem uma riqueza arquitetónica indiscutível;
- Localiza-se numa zona urbana que carece de requalificação;
- O local apresenta potencialidades, como por exemplo a proximidade à zona costeira;
- O processo de requalificação urbana do “bairro” pode e deve ser alavancado através da intervenção neste espaço;
- É uma oportunidade para pensar a cidade na sua globalidade, em todas as suas componentes urbanísticas;
- Os usos e valências a adotar no espaço da Fábrica da SINAGA devem suprimir as carências evidenciadas pela cidade;
- O espaço da Fábrica da SINAGA pode e deve constituir uma nova de centralidade de Ponta Delgada;
- A sustentabilidade económica é um fator determinante para o sucesso da intervenção no espaço da Fábrica da SINAGA, bem como na requalificação desta zona da cidade.

3.3. Análise dos contributos dos processos participativos

3.3.1. Sessões de grupo: contributos e análise

No programa do encontro promovido a 22 de março de 2025 sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar de Santa Clara, a Comissão de Trabalho organizou um exercício aberto à participação do público, distribuídos em grupos multidisciplinares, constituídos por residentes, técnicos e representantes institucionais, que foram convidados a esboçar propostas de intervenção em painéis.

Neste âmbito, durante o período da manhã, a população teve a oportunidade de manifestar as suas preocupações e apontar algumas propostas de ocupação, em boletim próprio e de forma anónima. Estes contributos, apresentados na forma de tópicos, foram analisados e organizados por temas. Durante o período da tarde, os 4 temas que reuniram maior consenso serviram de ponto de partida para a reflexão tida nos referidos grupos de trabalho, que terminaram com a apresentação de propostas de solução para a requalificação da Fábrica do Açúcar.

A presente síntese regista, de forma clara e imparcial, as ideias-chave resultantes desse exercício, identificando pontos de convergência, divergência e ênfases específicas. O objetivo é fornecer um quadro de referência que apoie as fases subsequentes de programação, estudo de viabilidade e decisão política, garantindo que a pluralidade de visões recolhida seja efetivamente considerada.



Figura 40 – Coordenadores da sessão de grupos multidisciplinares, Isabel Soares de Albergaria (à direita) Nuno Costa (à esquerda).

Autor: Hugo Moreira



Figura 41 – Sessão de grupos multidisciplinares.

Autor: Hugo Moreira

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

Grupo 1 “Pátio da SINAGA”

O grupo propõe um complexo multifuncional estruturado em torno de um pátio central, conjugando núcleo museológico agroindustrial, mercado municipal, áreas de negócios, residências intergeracionais, parque habitacional privado, parque lúdico infantil, ginásio coberto, zonas verdes e um silo de estacionamento periférico. Defende financiamento maioritariamente privado, cabendo ao sector público o museu, os espaços verdes e alguns equipamentos.

Grupo 2 Focado em dimensão comunitária, integra museu do açúcar e de culturas agroindustriais, espaços para indústrias criativas, ninho de empresas e pequenos restaurantes. Inclui novas ligações viárias, recuperação de courts de ténis, habitação pública e estacionamento paisagístico. Rejeita hotéis, centro de congressos e grandes parques de autocarros.

Grupo 3 “Fábrica 24/7”

Encara o recinto como âncora comunitária aberta permanentemente. Propõe concessão comunitária, valências de desporto, saúde, artes, comércio local, cantina social, cowork e amplas zonas verdes. A sustentabilidade assenta em rendas e programação cultural contínua.

Grupo 4 Apresenta a intervenção como motor para repensar a cidade. Defende grande corredor verde habitado, museu industrial como polo identitário, cultura como âncora, habitação integrada, microcomércio e requalificação viária, num modelo de financiamento misto privado-público.

Grupo 5 “Quarteirão da Fábrica do Açúcar”

Prevê museu agroindustrial, espaço de experimentação para arte e tecnologia, habitação, eixo pedonal-ciclovía N-S, complexo desportivo com piscina olímpica, silo de estacionamento, mercado com praça de restauração e centro intergeracional, ligando cidade e mar.

Grupo 6 Enfatiza mobilidade e resiliência: manutenção de espaços livres, silo periférico com hub de mudança modal para meios suaves, acesso pedonal sul-mar e aproveitamento de áreas amplas para usos multifunção (desporto e logística de emergência).



Figura 42 – Reflexão na sessão de grupos multidisciplinares.
Autor: Hugo Moreira



Figura 43 – Trabalhos da sessão de grupos multidisciplinares.
Autor: Hugo Moreira

PONTOS DE CONVERGÊNCIA

- Núcleo museológico ativo que preserve o legado açucareiro;
- Criação ou manutenção de amplas zonas verdes;
- Introdução de um mix funcional (cultura, comércio local, habitação, cowork/indústrias criativas);
- Preferência por estacionamento em silo na periferia, reduzindo tráfego interno.

DIVERGÊNCIAS E ÊNFASES ESPECÍFICAS

- Mercado municipal é prioritário nos Grupos 1 e 5, mas rejeitado no Grupo 2;
- Dimensão turística varia de visão moderada (Grupos 1 e 5) a enfoque estritamente comunitário (Grupo 3) e recusa de grandes equipamentos (Grupo 2);
- Equipamentos desportivos variam entre ginásio simples, complexo olímpico e uso multifunção para emergência.

SÚMULA

Os seis painéis revelam consenso sobre a preservação patrimonial ativa, a necessidade de zonas verdes generosas e a combinação de usos capazes de atrair investimento privado sem perder vocação comunitária. Divergem na escala dos equipamentos comerciais, turísticos e desportivos. A opção de desenho final deverá articular o núcleo museológico com habitação, comércio de proximidade, economia criativa e infraestruturas de mobilidade suave, garantindo sustentabilidade financeira e benefício urbano duradouro.

3.3.2. Contributos submetidos através do micro site

No âmbito do período de auscultação pública, que decorreu durante os meses de fevereiro e março de 2025, foram obtidos 18 contributos formais, os quais foram cuidadosamente classificados em 31 categorias temáticas distintas – um reflexo da diversidade de visões sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar de Santa Clara.

A análise quantitativa evidencia que a categoria “Museu” surge como a mais recorrente, totalizando 9 menções. Este dado revela uma preocupação transversal com a salvaguarda e a valorização do património industrial, apontando para um consenso alargado no sentido de se criar um núcleo museológico que preserve a memória coletiva do complexo açucareiro e simultaneamente potencie novas valências culturais e turísticas.

As propostas concentram-se na preservação do património industrial e na criação de valências museológicas e culturais, complementadas por habitação, lazer, serviços sociais e melhorias viárias.

METODOLOGIA

- Recolha: 18 contributos submetidos entre fevereiro e março de 2025;
- Estruturação: extração de dados, normalização de campos (proponente, data, categorias, propostas, descrição);
- Classificação: atribuição de 17 macro categorias e contagem de ocorrências por categoria para análise.

SÍNTESE DOS CONTRIBUTOS

1 Categorias enquadradas: Indústria.

Proposta principal: Manutenção da atividade industrial na SINAGA.

Defende a continuidade da laboração fabril, salvaguardando postos de trabalho e mantendo a produção local de açúcar, em vez de converter totalmente o complexo em museu ou zona verde.

2 Categorias enquadradas: Transporte, Património, Museu.

Proposta principal: Terminal rodoviário, museu industrial e serviço *shuttle* intermodal.

Sugere a instalação de um terminal rodoviário no recinto, aliado à reabilitação do edifício principal como museu industrial, complementado por um serviço de *shuttle* que ligue a zona ao centro da cidade, prevenindo fenómenos de especulação imobiliária.

3 Categorias enquadradas: Comércio, Cultura, Gastronomia, Artesanato, Incubadora de empresas.

Proposta principal: Hub multiempresarial, comercial e artístico.

Propõe a criação de um espaço coberto que combine restauração regional, oferta cultural, mostra de artesanato local e uma incubadora de negócios, de modo a dinamizar o tecido empresarial micaelense.

4 Categorias enquadradas: Habitação, Museu, Turismo industrial.

Proposta principal: Habitação em edifícios secundários e museu/turismo industrial no edifício principal.

Defende a reconversão dos edifícios periféricos em habitação a custos controlados, reservando o núcleo fabril para fins museológicos e de turismo industrial, garantindo assim uso misto e sustentável.

5 Categorias enquadradas: Indústria.

Proposta principal: Retoma da produção de açúcar.

Advoga a reindustrialização plena da SINAGA, retomando a produção açucareira como motor económico local e reintegrando o complexo no sector agroindustrial açoriano.

6 Categorias enquadradas: Comércio, Mercado municipal.

Proposta principal: Criação de mercados municipais na FAL e na SINAGA.

Sugere substituir o atual Mercado da Graça por dois mercados municipais modernos, um na FAL (Lagoa) e outro na SINAGA, reforçando a oferta comercial de produtos frescos.

7 Categorias enquadradas: Saúde, Social.

Proposta principal: Centro de Reabilitação de Dependências.

Propõe a construção de um centro especializado em tratamento, literacia e reintegração social de dependentes, preenchendo uma lacuna na rede de apoio insular.

- 8 Categorias enquadradas: Museu, Transporte.
-
- Proposta principal: Museu da SINAGA e central de autocarros.
-
- Apresenta a criação de um museu industrial dedicado à história da fábrica, integrado numa central rodoviária para potenciar a mobilidade urbana.
-
- 9 Categorias enquadradas: Museu, Comércio, Mercado municipal.
-
- Proposta principal: Núcleo museológico e novo mercado municipal.
-
- Defende a instalação de um núcleo museológico sobre a atividade fabril, acompanhado de um mercado municipal digno que substitua o Mercado da Graça.
-
- 10 Categorias enquadradas: Consultoria técnica, Indústria.
-
- Proposta principal: Colaboração técnica em bioetanol e instrumentação.
-
- Oferece-se para colaborar tecnicamente, disponibilizando experiência em instrumentação científica e processos de produção de bioetanol, visando revitalizar atividades industriais.
-
- 11 Categorias enquadradas: Lazer, Cultura, Comércio, Saúde, Serviços, Coworking, Restauração.
-
- Proposta principal: Espaço coberto multifuncional ao estilo LX Factory.
-
- Idealiza um grande espaço de lazer urbano, coberto, com restauração, ginásio, salas de espetáculo, lojas, área de cowork e comércio local, criando um ponto de encontro para residentes e turistas mesmo em dias de chuva.
-
- 12 Categorias enquadradas: Habitação, Lazer, Espaço Verde, Social, Museu, Artes, Estacionamento, Comércio.
-
- Proposta principal: Plano multifuncional faseado 2026-2030.
-
- Propõe um programa faseado que inclui habitação pública e privada, zonas de lazer, espaços verdes, infraestruturas sociais (creche e lar), musealização, mercado remodelado e estacionamento, articulado num cronograma até 2030.
-
- 13 Categorias enquadradas: Desporto, Lazer.
-
- Proposta principal: Circuito de corrida, campos multiusos, calistenia e jogos de praia.
-
- Propõe infraestruturas desportivas diversificadas, incluindo pista de corrida, campos cobertos e ao ar livre, zonas de calistenia, jogos de praia e área infantil.
-
- 14 Categorias enquadradas: Museu, Habitação, Serviços/Comércio, Pavilhão Multiusos, Espaço Verde, Ciclovia.
-
- Proposta principal: Museu agroindustrial, zona residencial e pavilhão multiusos.
-
- Apresenta um conceito em três frentes: museu regional, bairro habitacional/comercial e pavilhão de eventos, complementados por zonas verdes e ciclovia.
-
- 15 Categorias enquadradas: Cultura, Património, Lazer, Social, Comércio.
-
- Proposta principal: Centro de convivência cultural participativo.
-
- Defende a preservação das estruturas industriais, criando auditório, galerias, ateliers, lojas, cafés, museu e centro comunitário, promovendo participação coletiva.

- 16 Categorias enquadradas: Museu, Estacionamento, Espaço Verde, Habitação, Desporto, Comércio.

Proposta principal: Núcleo museológico, parque de estacionamento, zonas verdes e habitação.

Pretende instalar um museu no edifício principal, criar estacionamento estratégico, zonas verdes, campos de ténis e basquetebol, e uma área habitacional adjacente.

- 17 Categorias enquadradas: Museu, Património, Viário, Estacionamento, Participação pública.

Proposta principal: Núcleo museológico, requalificação viária e auscultação pública.

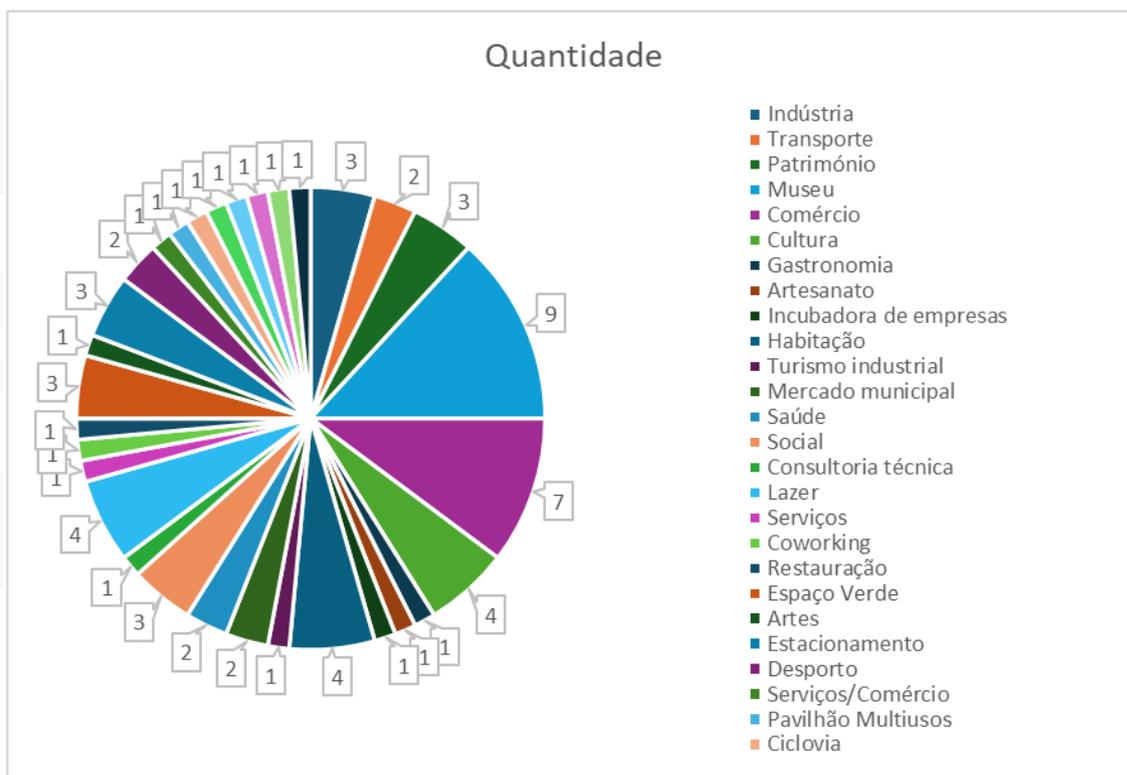
Propõe um núcleo museológico que preserve elementos emblemáticos, novas ligações viárias a sul e poente com estacionamentos, e sessão de auscultação popular para recolher contributos adicionais.

- 18 Categorias enquadradas: Património Industrial, Museu, Cultura, Economia Criativa, Eventos, Arquitetura.

Proposta principal: Reabilitação do edifício central, black-box e espaços multifuncionais.

Recomenda intervenção de contenção urgente nas coberturas, reabilitação estética de maquinaria, criação de espaço interpretativo, black-box para performances audiovisuais e salas polivalentes para congressos e certames.

DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROPONENTES



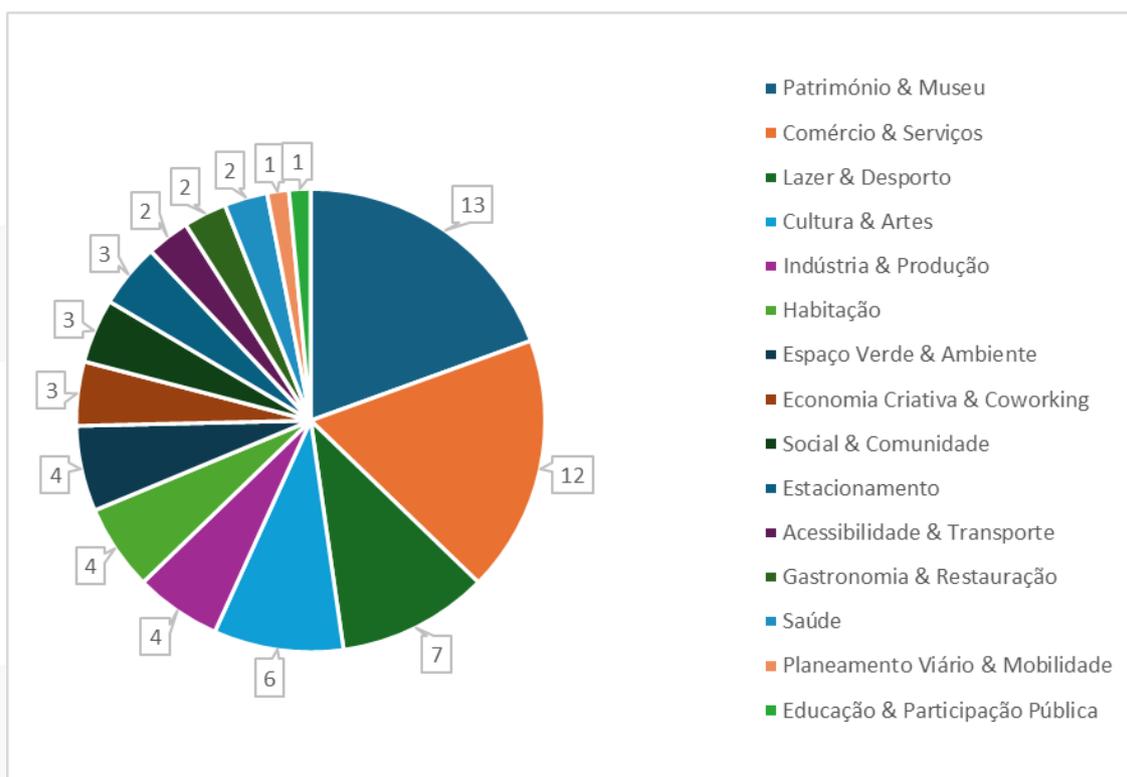
Quadro 1 - Distribuição das categorias proponentes.

Seguindo a metodologia referida, da sistematização dos supracitados contributos resulta uma multiplicidade de designações quase sinónimos (26 designações, num total de 31 referência), conforme apresentado no Quadro 1.

ESTRUTURA DE MACRO DAS CATEGORIAS E DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

Para evitar uma multiplicidade de designações quase sinónimos (31 no total) e permitir uma leitura agregada dos contributos, cada termo original foi mapeado para 15 macro categorias temáticas. Este agrupamento foi definido com base em afinidades funcionais (p. ex. “Mercado municipal”, “Comércio” e “Serviços/Comércio” fundem-se na macro categoria “Comércio & Mercado”).

O Quadro 2 apresenta estas 15 macro categorias e o número de vezes que, no conjunto dos 18 contributos, cada uma foi mencionada.



Quadro 2 - Estrutura macro das categorias de distribuição das ocorrências.

Nota: Uma ocorrência corresponde a cada vez que um proponente menciona explicitamente uma temática pertencente à macro categoria. Por exemplo, se um contributo refere “Museu” e “Património Industrial”, conta duas ocorrências dentro de Património & Museu.

ANÁLISE TEMÁTICA

Património & Museu – Treze cidadãos propõem a criação de um núcleo museológico. Destes, um cidadão propõe reabilitar o edifício central com espaços interpretativos e black-box, enquanto outro cidadão sugere um percurso patrimonial que inclua a torre e a chaminé, tornando-as visitáveis.

Comércio & Serviços – Doze cidadãos propõem quiosques de produtos frescos, lojas artesanais, serviços de apoio e incubadora de empresas, criando fluxo económico diário e valorizando cadeias curtas de distribuição. Três cidadãos defendem a ideia de reinstalar um Mercado Municipal moderno.

Lazer & Desporto – Sete cidadãos propõem espaços de lazer e desporto. Observa-se que dois destes cidadãos propõem uma pista de 400 m, campos cobertos e zonas de calistenia, garantindo atividade física para diferentes idades e atraindo eventos desportivos de pequena escala.

Cultura & Artes – Seis cidadãos identificam a necessidade de salas polivalentes para exposições e espetáculos, ancoradas na memória industrial, bem como galerias e ateliers.

Indústria & Produção – Quatro cidadãos propõem reafecção a indústria. Um cidadão sugere a retoma da produção açucareira, justificando-a como motor económico, e outro oferece consultoria técnica para processos de bioetanol, demonstrando abertura a novas fileiras agroindustriais.

Habitação – Quatro cidadãos propõem converter armazéns periféricos em habitação acessível. A habitação permanente é vista como meio de garantir vigilância natural, vitalidade noturna e *mix social*.

Espaço Verde & Ambiente – Quatro cidadãos propõem a criação de zonas verdes, ciclovias e corredores ecológicos surgem para mitigar a impermeabilização e criar ilhas de sombra. É sugerido um amplo parque verde conectado a percursos pedonais.

Economia Criativa & Coworking – Três cidadãos propõem a fixação de talento criativo, gerando receita e inovação, sugerindo uma *black-box* e o *LX Factory* açoriano.

Social & Comunidade – Três cidadãos propõem uma creche e lar e centro comunitário, são propostos como forma de reforçar a coesão social em torno do complexo.

Estacionamento – Três cidadãos propõem parques de estacionamento periféricos a nascente, sul e poente, interligados por percursos pedonais, evitando congestionamento.

Acessibilidade & Transporte – Dois cidadãos propõem um terminal rodoviário com shuttle elétrico e ligações viárias diretas à 1.ª rua de Santa Clara e à rua do Carvão.

Gastronomia & Restauração – Dois cidadãos propõem restaurantes temáticos e espaços *gourmet*, valorizando o açúcar açoriano e produtos locais, aparecem sobretudo nos projetos de *hub* cultural e mercado.

Saúde – Dois cidadãos propõem um centro de reabilitação de dependências e ginásio/spa.

SÚMULA

A análise global dos contributos permite afirmar, com elevado grau de confiança, que a preservação do património edificado, acompanhada da criação de um polo museológico de referência, constitui o eixo estruturante desejado para qualquer intervenção futura.

Não se trata apenas de manter a torre, a chaminé ou a maquinaria histórica: o objetivo passa por conferir sentido contemporâneo a esses elementos, transformando-os num mecanismo ativo de educação, de reforço da identidade local e de captação de fluxos turísticos qualificados.

Neste sentido, emerge um ecossistema funcional alargado assente em:

- a) Valências culturais e de economia criativa (black-box, galerias, espaços de cowork, ateliers de artesanato) funcionam como prolongamento natural do museu, assegurando programação contínua e geração de receita própria.
- b) Zonas de lazer, circuitos pedonais, equipamentos desportivos e áreas verdes — elevam a qualidade de vida do bairro e criam condições para usufruto quotidiano da população residente.
- c) Habitação (preferencialmente de custo controlado) e serviços de proximidade introduzem massa crítica permanente, estimulando atividades comerciais e evitando a mono-funcionalidade do recinto.
- d) Retoma de atividades industriais ou agroindustriais de pequena escala, ainda que minoritária nos contributos, surge como oportunidade de criar emprego especializado e manter viva a dimensão produtiva que marcou a história do complexo.

Todavia, todos estes usos dependem de infraestruturas de mobilidade e estacionamento dimensionadas à escala do projeto. A criação de um “terminal rodoviário” (ou, no mínimo, de interfaces de transporte público), novas ligações viárias a sul e poente e parques de estacionamento periféricos são apontadas como condições “*sine qua non*” para evitar pressão sobre a malha viária existente e garantir acessibilidade universal.

Em síntese, as propostas convergem num modelo polinuclear assente em três pilares:

1. Preservar e interpretar o legado industrial (polo museológico).
2. Ativar o território com cultura, lazer e economia criativa, assegurando uso diário e sustentabilidade financeira.
3. Garantir condições urbanísticas e de mobilidade que suportem o conjunto de funções, integrando habitação, comércio de proximidade e, onde viável, pequena produção.

Ao conjugar estes pilares, a intervenção na Fábrica do Açúcar poderá honrar o passado, responder às necessidades atuais da comunidade e projetar-se como catalisador de desenvolvimento económico e social para Ponta Delgada e para a Região Autónoma dos Açores.

3.4. Balanço do Debate Público

A Comissão de Trabalho considera que a realização do debate público foi profícua, sendo que destaca os seguintes:

- a. Organização exemplar do evento, quer ao nível logístico e quer ao nível programático, o que permitiu que o evento ocorresse como previsto, de forma cívica e coordenada, resultando numa reflexão alargada e participada;
- b. Participação dos oradores pertinente e justificada ao contexto, dado o conteúdo das comunicações apresentadas e as considerações proferidas, as quais estão revertidas no presente relatório;
- c. Contributos do público, no geral, positivos e pertinentes, que reforçam a necessidade de uma intervenção urgente, com vista à preservação e salvaguarda do

património existente e à respetiva requalificação e reuso do complexo edificado, mas ponderada e ajustada à realidade local;

- d. Consciencialização da complexidade de definir um programa de intervenção que seja consensual e imediato, dadas as necessidades de garantir segurança, de consolidar e/ou adaptar a novos usos as estruturas edificadas existentes, de avaliar o estado de conservação do edificado existente, de definir um novo zonamento para ocupação e de executar as respetivas obras de requalificação e/ou construção, prevendo, eventualmente, uma ocupação faseada;
- e. Reflexão programática, nomeadamente:
 - i. A criação do museu da agroindústria ou da industrialização, como forma de garantir a memória do espaço e da atividade agrícola, embora levante questões orçamentais e financeiras de execução e de manutenção;
 - ii. A criação de zonas verdes ou a renaturalização da área não edificada com zonas verdes, com eventuais equipamentos de lazer e desportivos;
 - iii. A eventual instalação de um equipamento intergeracional;
 - iv. A resolução do trânsito e estacionamento das ruas periféricas, nomeadamente, na 1.ª rua Direita de Santa Clara;
 - v. A criação de zonas multiculturais, comércios e serviços; a possibilidade de garantir segurança nos espaços de acesso público, através da instalação de meios de videovigilância;
 - vi. A eventual instalação de um parque intermodal, tema que mereceu pouco consenso.

4. CARACTERIZAÇÃO URBANA E DO EDIFICADO

A caracterização urbana, em particular, da distribuição de determinados usos, é essencial para compreender a dinâmica e o zonamento da cidade de Ponta Delgada.

Nesta análise, considera-se importante mapear os espaços verdes públicos, os parques de estacionamento público, os equipamentos sociais (creches, lares e residências universitárias, os equipamentos escolares (ensino público, privado e profissional) e os espaços culturais (galerias, museus e centros de eventos/espetáculos).

Neste âmbito, considera-se também importante o mapeamento da distribuição dos serviços do Governo Regional dos Açores, dada a sua relevância para a criação de polos de serviços que poderão ser criadores de dinâmicas sociais e culturais.

Os instrumentos de gestão territorial determinam os usos e os parâmetros urbanísticos para todo o concelho, pelo que, em qualquer intervenção a levar avante terão que ser tidos em consideração. Assim, também, apresenta-se o enquadramento urbanístico do complexo da antiga Fábrica do Açúcar.

A caracterização dos sistemas e componentes construtivas e o estado de conservação dos mesmos, é outro dado crucial a ter em consideração na tomada de decisão sobre o reuso, a reutilização e reabilitação dos diferentes edifícios que compõem o completo da antiga Fábrica.

Embora esta análise careça de um estudo mais aprofundado, procedeu-se à caracterização possível dos diferentes edifícios, de modo a sustentar as tomadas de decisão da Comissão Técnica.

4.1. Caracterização Urbanística

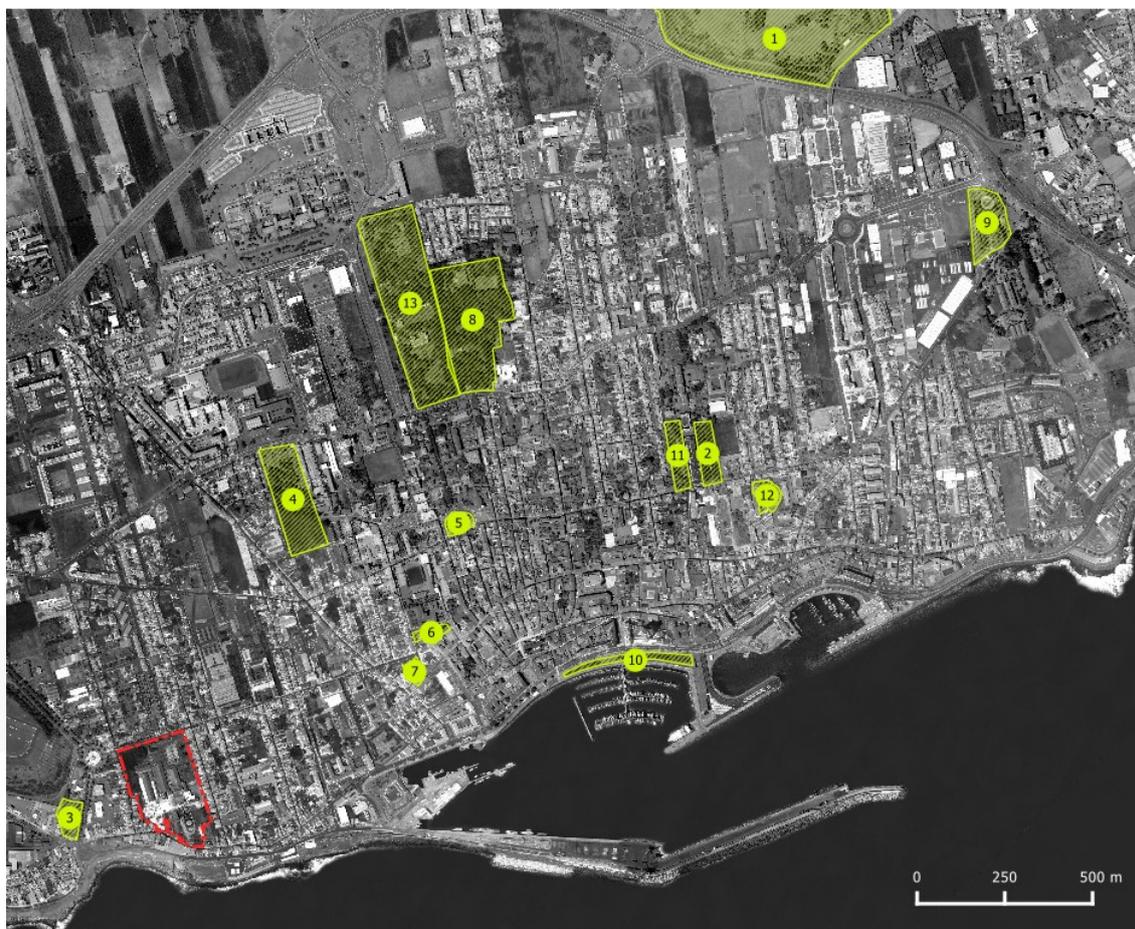
ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS

O acesso e a fruição dos espaços verdes são determinantes para garantir qualidade de vida aos cidadãos que habitam a cidade. Por sua vez, na freguesia de Santa Clara residem um número considerável de habitantes.

Neste pressuposto, importa compreender a localização e a acessibilidade aos espaços verdes públicos existentes na cidade de Ponta Delgada.

Assim, foram considerados os espaços verdes públicos, quer de acesso livre, quer de acesso condicionado, incluindo espaços adjacentes pavimentados necessários à fruição dos espaços verdes.

Por não configurar convencionalmente um espaço de fruição, nesta análise foram excluídos os espaços verdes intersticiais adjacentes a vias e a passeios, bem como os espaços verdes de acesso condicionado propriedade de entidades privadas.



- | | | |
|--------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| 1 Parque Urbano | 6 Jardim Mártires da Pátria | 11 Universidade |
| 2 Jardim do Relvão | 7 Jardim Padre Sena Freitas | 12 Jardim do Alto da Mãe de Deus |
| 3 Jardim Padre Fernando Vieira Gomes | 8 Jardim José do Canto | 13 Jardim do Palácio de Santana |
| 4 Jardim Botânico António Borges | 9 Séc. XXI | |
| 5 Jardim Antero de Quental | 10 Portas do Mar | |
- Snaga

Figura 44 – Mapeamento dos espaços verdes públicos na cidade de Ponta Delgada.

Desta análise, resulta que os espaços verdes públicos, de maior dimensão, estão, sobretudo, localizados na zona norte da cidade.

Na zona poente da cidade, que abrange o parque habitacional da freguesia de Santa Clara, verifica-se apenas a remanescência do Jardim Padre Fernando Vieira Gomes.

PARQUES DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO

As ruas existentes nas áreas consolidadas da cidade de Ponta Delgada, que abrange a freguesia de Santa Clara, naturalmente, foram construídas numa altura em que não existiam automóveis, salvo alguns arruamentos abertos durante o século XIX, onde o número de automóveis era residual.

Chegados aos dias de hoje, onde o automóvel tem sido o veículo privilegiado, por residentes e visitantes, a problemática da circulação automóvel e consequente necessidade de estacionamento é premente.

Assim, torna-se pertinente proceder ao levantamento e caracterização dos parques de estacionamento públicos existentes na cidade.



- | | | | |
|---------------------------|------------------------------|---------------------|--|
| 1 Exterior de Santa Clara | 8 Teatro | 15 Levada 1 | Sinaga  |
| 2 Jardim António Borges | 9 Mercado da Graça | 16 Levada2 | |
| 3 Registo Predial | 10 Av. Dom João III | 17 Mercado | |
| 4 Castilho | 11 R. Direita Santa Catarina | 18 Peru | |
| 5 Av. D. Manuel I | 12 Av. Antero de Quental | 19 Santa Clara | |
| 6 Portas do Mar | 13 Bolsa Rua Lisboa | 20 Alfândega | |
| 7 Avenida | 14 Sant'Ana | 21 Largo 2 de março | |

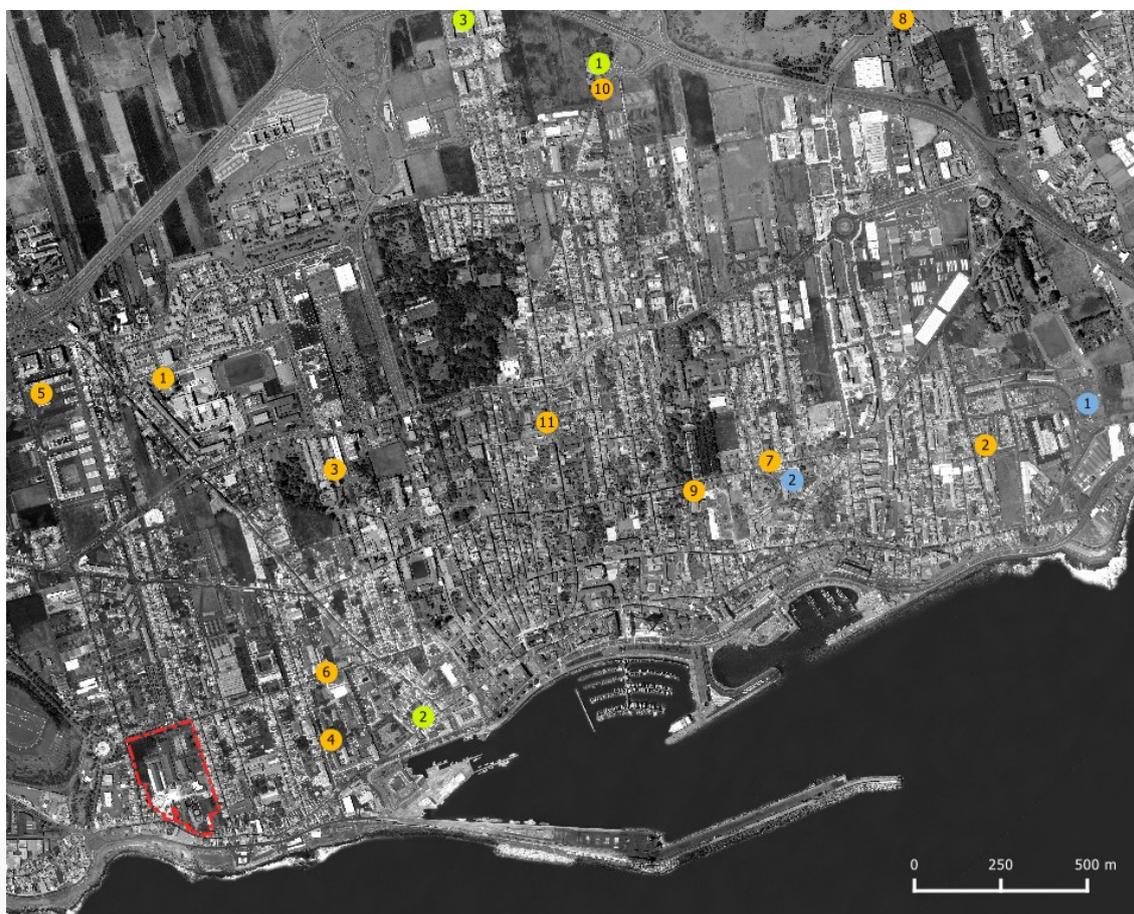
Figura 45 – Mapeamento dos parques de estacionamento público na cidade de Ponta Delgada.

Sem prejuízo do estacionamento existente ao longo de diversos arruamentos, na generalidade, verifica-se a existência de parques de estacionamento público (de acesso gratuito ou com parquímetro), sobretudo, a norte e este do centro da cidade.

Junto à antiga fábrica, apesar da predominância de habitações, o único parque existente está situado a norte e com um número limitado de lugares de estacionamento.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS: CRECHES, LARES E RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS

Os equipamentos sociais, designadamente, as creches, os lares e as residências universitárias, são essenciais para responder às necessidades dos cidadãos, em diferentes fases da sua vida.



Creches

- 1 Castelinho Encantado
- 2 Colégio Arco-Íris
- 3 Colégio São Francisco Xavier
- 4 A Joanelha + A Pequeneda
- 5 Creche da Esperança
- 6 Gente de Palmo e Meio

- 7 Jardim Infância Coração Jesus
- 8 Jardim-Escola João de Deus
- 9 Mundo Infantil (Lar Mãe de Deus)
- 10 O Regaço (Santa Casa da Misericórdia)
- 11 Os Traquinas

Lar 3ª idade

- 1 Lar da Levada
- 2 Luís Soares de Sousa
- 3 Momentos Felizes

Residência Universitária

- 1 Laranjeiras
- 2 Novas residências 2025

Sinaga 

Figura 46 – Mapeamento dos equipamentos sociais (creches, lares e residências universitárias) na cidade de Ponta Delgada.

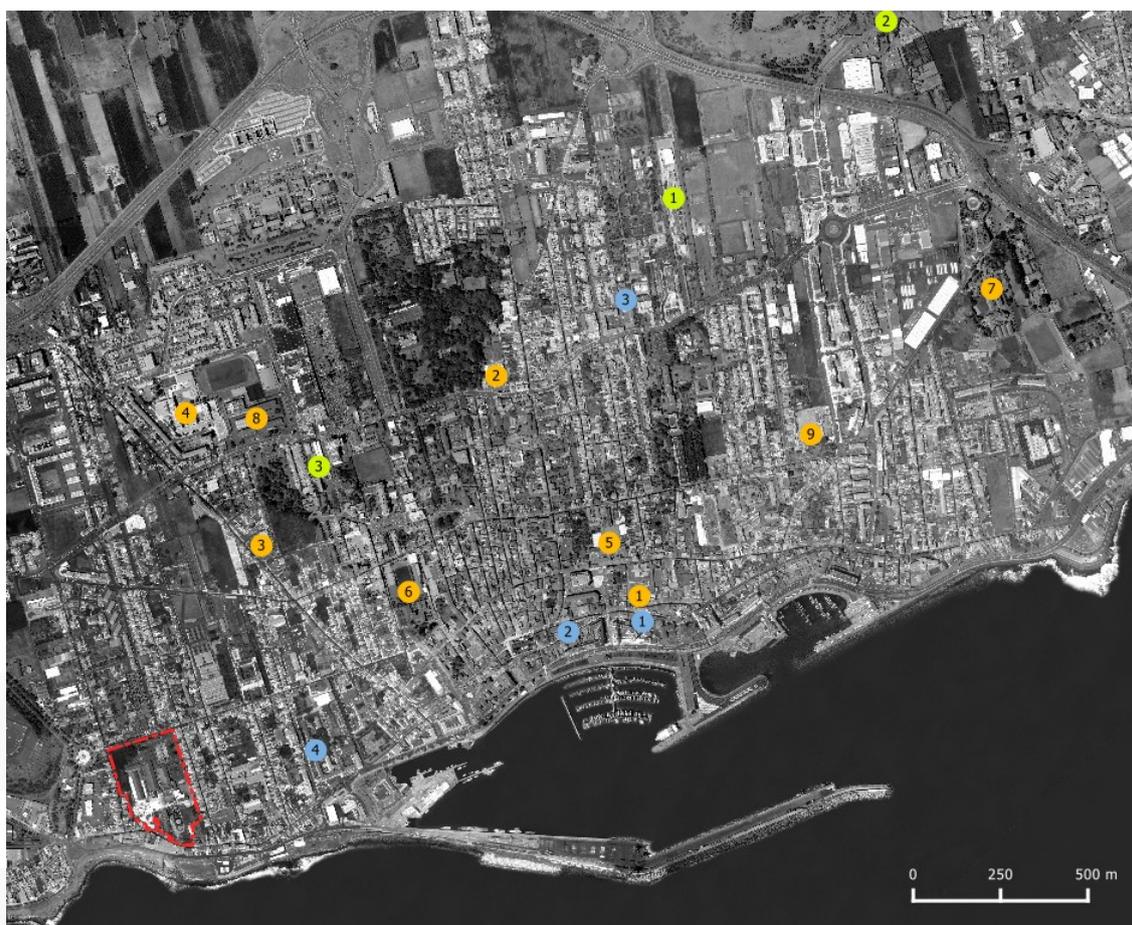
A proximidade entre a residência e os equipamentos sociais representa um contributo para a qualidade de vida, com economia de tempo e recursos em deslocações, garantindo, naturalmente, conforto, segurança e bem-estar a todos os cidadãos.

Da análise, resulta uma dispersão de equipamentos por toda a cidade.

EQUIPAMENTOS ESCOLARES (ENSINO PÚBLICO, PRIVADO E PROFISSIONAL)

Os equipamentos escolares são essenciais para responder às necessidades educativas e formativas dos cidadãos, como podem também contribuir para a criação de pólos de desenvolvimento social, cultural e económico.

A proximidade entre a residência e os equipamentos sociais também representa um contributo para a qualidade de vida, com economia de tempo e recursos em deslocações, garantindo, naturalmente, conforto, segurança e bem-estar a todos os cidadãos.



Equipamentos Escolares Públicos

- 1 Conservatório Regional de Ponta Delgada
- 2 EB1/JI de Matriz
- 3 EB1/JI São José (Vitória)
- 4 EB2/JI Canto da Maia
- 5 EB2 Roberto Ivens
- 6 Escola Secundária Antero de Quental
- 7 Escola Secundária das Laranjeiras
- 8 Escola Secundária Domingos Rebelo
- 9 EB1/JI de São Pedro

Equipamentos Escolares Privados

- 1 Colégio do Castanheiro
- 2 Jardim Escola João De Deus
- 3 Colégio de São Francisco Xavier

Escolas Profissionais

- 1 Escola de Formação Turística dos Açores
- 2 Câmara do Comércio e Ind. de Ponta Delgada
- 3 Escola de Novas Tecnologias dos Açores
- 4 Escola Profissional da SCM de Ponta Delgada

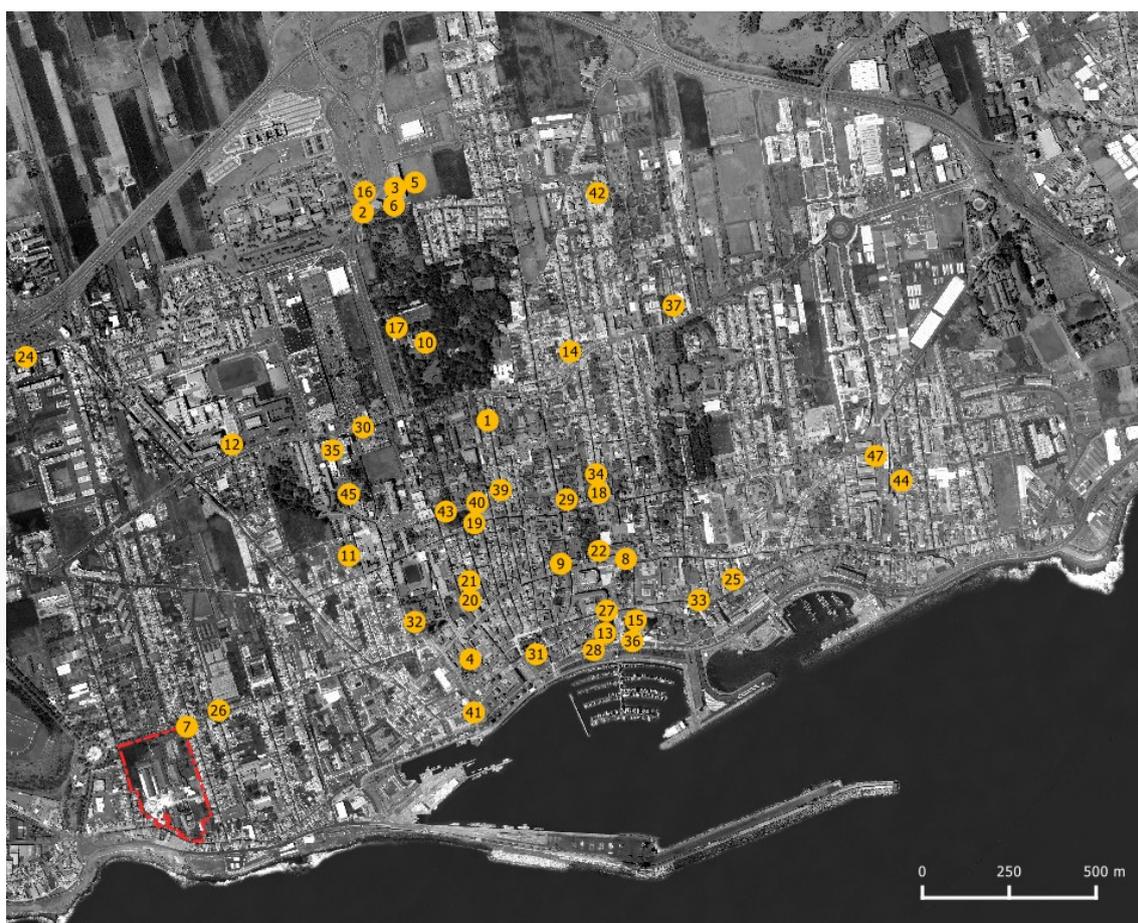
Sinaga

Figura 47 – Mapeamento dos equipamentos escolares (ensino público, privado e profissional) na cidade de Ponta Delgada.

Da análise, resulta uma maior concentração no centro da cidade com desenvolvimento relativamente disperso a norte da cidade.

Garantir a acessibilidade e a proximidade é garantir qualidade de vida aos cidadãos.

EDIFÍCIOS OCUPADOS PELOS SERVIÇOS DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



- | | | |
|---|---|---|
| 1 Assembleia Legislativa Regional | 17 Centro Consulta e Estudos Técnico-Jurídicos do Gov. Regional | 33 Fundo Regional dos Transportes Terrestres |
| 2 Direção Regional das Comunidades -PGR | 18 Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço | 34 Sec. Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades |
| 3 Presidência do Governo Regional | 19 Direção Regional da Mobilidade | 35 Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática |
| 4 Dir. Reg. dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa -PGR | 20 Centro de Artesanato e Design dos Açores | 36 Observatório do Emprego e Qualificação Profissional |
| 5 Presidência do Governo Regional | 21 Inspeção Regional das Atividades Económicas | 37 Laboratório Regional de Engenharia Civil |
| 6 Presidência do Governo Regional | 22 Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade | 38 Serviço Regional de Conciliação e Arbitragem do Trabalho |
| 7 Direção Regional da Juventude -PGR | 23 Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego | 39 Sec. Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas |
| 8 Direção Regional da Ciência e Tecnologia - VPGR | 24 Direção Regional da Energia | 40 Direção Regional das Obras Públicas |
| 9 Sec. Reg. das Finanças, Planeamento e Administração Pública | 25 Subdireção Regional dos Transportes Terrestres | 41 Direção Regional do Desenvolvimento Rural |
| 10 Presidência do Governo Regional -PGR | 26 Inspeção Regional da Educação | 42 Serviços do Desenvolvimento Agrário de s. Miguel |
| 11 Direção Regional da Habitação | 27 Fundo Regional do Emprego | 43 Direção Regional das Obras Públicas |
| 12 Instituto de Segurança Social dos Açores | 28 Fundo Reg. de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico | 44 Direção Regional das Obras Públicas |
| 13 Direção Regional do Orçamento e Tesouro | 29 Dir. Reg. dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial | 45 Pousada da Juventude |
| 14 Instituto de alimentação e mercados agrícolas | 30 Dir. Reg. do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos | 46 Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego |
| 15 Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital | 31 Fundo Regional da Ciência e Tecnologia | 47 Direção Regional do Ambiente e Ação Climática |
| 16 Centro de Ciências da Informação e Documentação do Gov. Reg. | 32 Secretaria-Geral da Presidência | |

Sinaga 

Figura 48 – Mapeamento dos edifícios ocupados pelos serviços do Governo Regional dos Açores na cidade de Ponta Delgada.

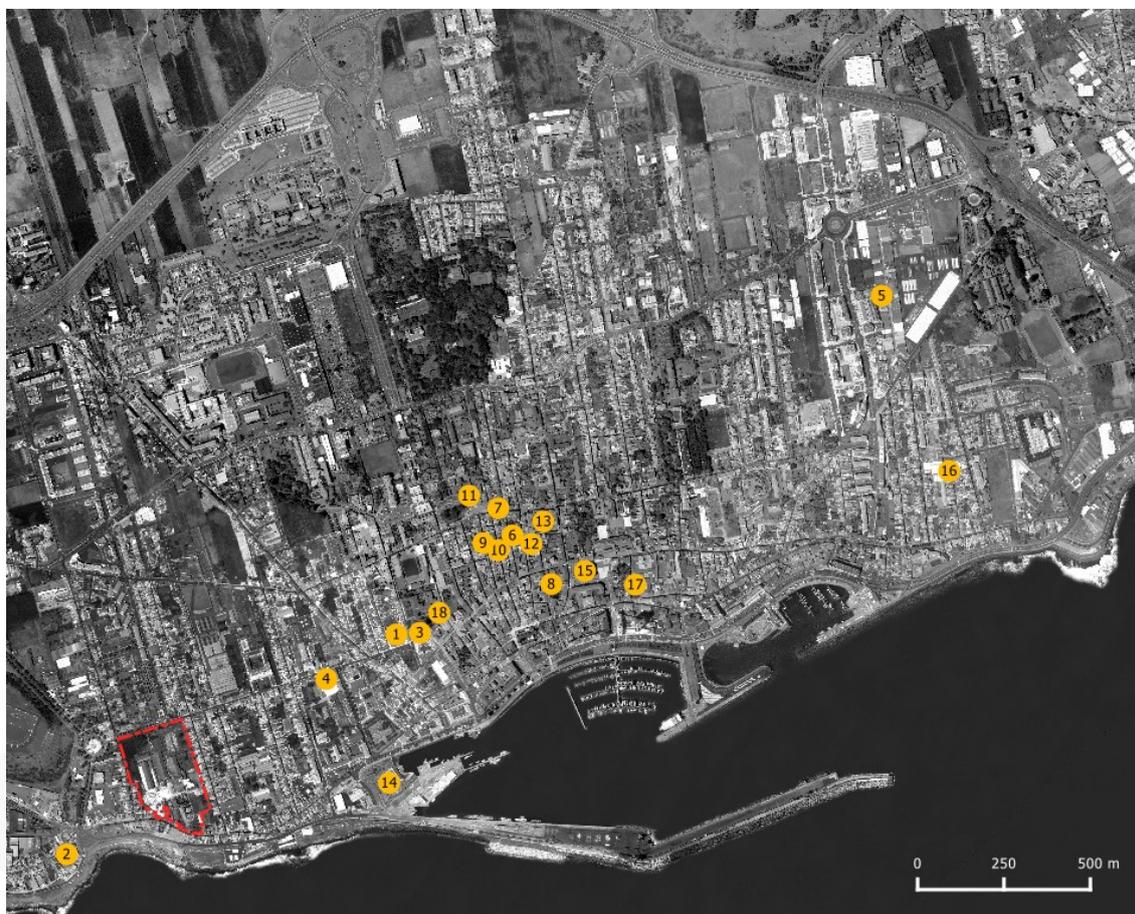
A existência de serviços do estado indubitavelmente contribui para a dinâmica da cidade, a nível, social, cultural e económico.

Com vista a eventual otimização dos recursos do Governo Regional dos Açores, considera-se pertinente analisar a localização dos respetivos serviços sediados na cidade de Ponta Delgada.

Da análise, constata-se que os serviços do Governo Regional dos Açores estão, sobretudo, concentrados no centro e a norte da cidade, com exceção nas zonas este e oeste da cidade.

ESPAÇOS CULTURAIS (GALERIAS, MUSEUS E CENTROS DE EVENTOS E/OU ESPETÁCULOS)

Os espaços culturais são essenciais para responder às necessidades lúdicas, educativas e formativas dos cidadãos, como podem também contribuir para a criação de centros de desenvolvimento social e cultural, com os demais benefícios para a economia.



- | | | |
|---|------------------------------------|----------------------------------|
| 1 Casa da Autonomia | 7 Galeria Fonseca Macedo | 13 Museu C.M. Núcleo Santo André |
| 2 Centro Cívico e Cultural de Santa Clara | 8 Galeria Informal Concept | 14 Museu Militar |
| 3 Centro Municipal da Cultura | 9 Galeria Magma | 15 Teatro Micaelense |
| 4 Coliseu Micaelense | 10 Galeria Traça Studio | 16 Vaga |
| 5 Estúdio 13 | 11 Museu C.M. Núcleo Arte Sacra | 17 Academia das Artes da UAç |
| 6 Galeria BRUI | 12 Museu C.M. Núcleo Santa Bárbara | 18 Oficina do Largo |

Sinaga 

Figura 49 – Mapeamento dos espaços culturais (galerias, museus e centros de eventos/espetáculos) na cidade de Ponta Delgada.

Da análise efetuada, verifica-se que os espaços culturais estão localizados, na sua grande maioria, na zona norte do centro histórico da cidade de Ponta Delgada.

CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Da análise da identificação e mapeamento dos espaços verdes públicos, dos parques de estacionamento público, dos equipamentos sociais (creches, lares e residências universitárias, dos equipamentos escolares (ensino público, privado e profissional) e dos espaços culturais (galerias, museus e centros de eventos/espetáculos), resulta que

a zona poente da cidade de Ponta Delgada, em particular, a área envolvente ao complexo da antiga Fábrica do Açúcar, onde predomina a habitação, apresenta:

- Falta de espaços verdes para fruição dos habitantes. O único espaço verde existente é o Jardim Padre Fernando Vieira Gomes, que não permite a realização de atividades de lazer e desportivas, essenciais para o desenvolvimento de crianças e jovens, bem como para a saúde e bem-estar dos habitantes;
- Falta de estacionamento para moradores, em particular, nas ruas circundantes, nomeadamente, a 1.ª rua de Santa Clara, a rua João do Rego e a rua do Carvão, o que condiciona a circulação automóvel;
- Ausência de creches e lares na proximidade dos habitantes, que sejam facilmente acessíveis e que possam contribuir para a qualidade de vida, segurança, bem-estar e saúde dos cidadãos;
- Poucos serviços do Governo Regional dos Açores, que possam contribuir para a criação de dinâmicas sociais, culturais e económicas, bem como diminuir custos (no caso dos edifícios arrendados) e redução do trânsito viário no centro da cidade.

4.2. Instrumentos de Gestão Territorial

4.2.1. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel

De acordo com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da ilha de São Miguel, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2025/A, de 20 de fevereiro, o terreno insere-se em “áreas edificadas”.

Nos termos do respetivo regulamento, “as áreas edificadas correspondem às áreas com elevado nível de infraestruturização e concentração de edificações onde o solo se destina predominantemente à urbanização, mas, também, a outros usos e atividades que vierem a ser considerados nos termos dos respetivos planos territoriais” (cf. art. 31.º).

Nos termos do respetivo regulamento, o regime de ocupação e edificabilidade rege-se, essencialmente, pelas disposições dos respetivos planos territoriais.

4.2.2. Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada

De acordo com a Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Ponta Delgada, o Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2007/A, de 13 de agosto, classifica o prédio como “Solo Urbano” – “Áreas Mistas de Média Densidade”.

Em termos de condicionantes o prédio encontra-se abrangido pela Servidão Aeronáutica do Aeroporto João Paulo II (Decreto-Lei n.º 116/2006, de 16 de junho), pela Faixa de Proteção da Gruta do Carvão (Decreto Legislativo Regional n.º 4/2005/A, de 11 de maio) e Monumento Natural no Parque Natural de Ilha (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho).

Salvaguardadas as respetivas servidões, o Plano Diretor Municipal (PDM) de Ponta Delgada prevê para esta categoria de espaço, Áreas Mistas de Média Densidade, para além das disposições gerais para o solo urbano, um número máximo de quatro pisos e

um índice de implantação bruto (IIB – quociente entre o somatório das áreas de implantação das construções e a superfície da unidade ou unidades cadastrais sobre as quais incide a operação urbanística) de 0,5 (art.º 62.º e 63.º).

Nas áreas mistas o PDM admite a habitação, comércio e serviços.

Importa referir que o PDM prevê a majoração dos índices previsto para cada categoria do solo, no caso de haver uma reconversão de uma indústria existente noutros usos (art.º 55.º). A majoração referida é de 25% da área bruta de construção permitida para cada subcategoria de solo onde se inserem e mais um piso (por forma a poder acomodar o aumento da área de construção quando a implantação estiver esgotada).

Nos termos do PDM, o estacionamento da operação deve ser calculado de acordo com os usos previstos (art.º 107 e seguintes do capítulo I, secção II).

Pelo exposto, no PDM é enquadrável uma operação de loteamento urbano, cujos usos previstos podem ser de habitação, comércio e serviços, tirando partido da majoração dos índices previstos por se tratar de uma reconversão de um conjunto de edifícios industriais desativados.

Salvaguardam-se as respetivas servidões e pareceres das entidades com competência na área de intervenção.

No âmbito da revisão do PDM em curso, prevê-se a manutenção desta área no solo urbano, numa subcategoria definida como espaços urbanos a consolidar que integram áreas de uso misto ou predominantemente habitacional onde se pretende promover uma maior diversidade de funções desde que compatíveis com o uso habitacional (comércio e serviços), que correspondem a áreas infraestruturadas de maior dimensão e que admitem operações urbanísticas de maior dimensão, carecendo de estruturação prévia ou que pressupõem operações de reconversão do edificado existente.

Em modo de conclusão, informa-se que para o prédio em apreço relativamente aos instrumentos de planeamento e gestão territorial não existem constrangimentos a que possa ser desenvolvida uma operação urbanística prevendo a manutenção e valorização do património industrial, habitação e serviços.

4.3. Complexo Industrial: caracterização arquitetónica e estado de conservação

Para sustentar as opções a tomar, foi realizada uma caracterização arquitetónica sumária, com respetiva análise do estado de conservação, dos edifícios que fazem parte do complexo da Fábrica do Açúcar, em Ponta Delgada, tendo sido realizada com base numa visita técnica. Não obstante, esta análise inicial, considera-se que numa fase posterior de projeto, seja necessária uma abordagem com maior pormenorização e abrangência, incluindo uma avaliação estrutural fundamentada dos elementos construtivos existentes, por entidades competentes, bem como a produção (ou atualização) de um levantamento digital do edificado.

O principal objetivo desta caracterização prende-se com uma análise geral da materialidade e estado de conservação dos principais elementos construtivos, tais como: paredes exteriores e interiores, coberturas, pavimentos, tetos, vãos, bem como, de informação de uso e número de pisos.

Associado a cada elemento construtivo foi igualmente analisado o seu estado de conservação, para o qual, e à semelhança dos critérios utilizados na ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios aplicado no NRAU (Novo Regime de Arrendamento Urbano), foram considerados os seguintes níveis: bom, médio, mau e ruína. À ausência de anomalias, ou anomalias sem significado, dos elementos construtivos, foi atribuído o nível “bom” de conservação. Por sua vez, aos elementos construtivos que contenham anomalias prejudiciais ao uso ou conforto, cuja reparação/conservação requerem trabalhos de fácil execução, adotou-se o nível de conservação “médio”. No caso da existência de anomalias que prejudicam o uso ou conforto, que requerem trabalhos de difícil execução para a sua reparação, ou que colocam em risco a saúde e segurança podendo motivar acidentes sem gravidade, foi atribuído o nível “mau” de conservação. Por fim, a existência de anomalias que colocam em risco a saúde e segurança de pessoas e bens, que possam originar acidentes com gravidade, foi considerado o nível mais gravoso, de “ruína”.

Foram avaliados todos os edifícios que compõe o complexo, atribuindo-se uma numeração a cada um, com início na entrada norte, e fim no seu limite a sul, compreendendo um total de 19 edifícios, com usos diversos, desde a portaria, armazéns, oficinas, escritórios, estufas até aos edifícios de fabrico de açúcar, propriamente dito. Incluiu-se igualmente um edifício habitacional, apesar de apenas ter sido analisado pelo exterior, uma vez que não se teve acesso ao mesmo, por se encontrar no interior dos limites do complexo, bem como a zona dos tanques de receção da beterraba, pela sua dimensão e relevo no urbanismo de todo o complexo fabril. Por último, alguns dos edifícios foram subdivididos em secções (principalmente os que envolvem a laboração do açúcar), devido à sua variedade construtiva, volumétrica ou época diferenciada de construção (acrescentos ou aumentos aos edifícios iniciais).

De uma maneira geral e com a exceção da moradia unifamiliar e das estufas em vidro, as paredes exteriores de todo o complexo são em alvenaria de pedra basáltica. As coberturas variam entre telha cerâmica nos edifícios de menores dimensões e as telhas de fibrocimento e chapas metálicas das zonas de produção de açúcar. Os pavimentos térreos são na sua grande maioria em betonilha, havendo pontualmente zonas com revestimento cerâmico, e os pisos intermédios em soalho de madeira. Os vãos são na sua grande maioria em caixilharia de madeira, com vidro simples, excepcionando-se apenas algumas zonas de armazenamento e a moradia, com caixilhos em alumínio. A maioria dos tetos dos edifícios de menores dimensões são em forro de madeira, enquanto nos edifícios fabris encontramos asnas metálicas ou em madeira à vista com, nalguns casos, respetivo forro cantilado. Por fim, relativamente à compartimentação interior, encontramos uma maior diversidade de materiais, que vão desde as alvenarias de pedra, nos edifícios de maior volumetria, alvenarias em blocos de betão e tabique ou contraplacados, nas zonas dos escritórios.

Em termos volumétricos, a maioria dos edifícios tem 1 piso, excetuando-se uma zona de oficinas e a moradia com 2 pisos, e os edifícios de laboração, com 3 e 4 pisos.

Por fim e em relação ao estado de conservação dos elementos construtivos, concluiu-se que as coberturas e tetos são os que se encontram em pior estado, muitos deles inexistentes ou em ruínas, seguindo-se os vãos, despoletando assim um conjunto de anomalias significativas nos restantes elementos construtivos, como sejam pisos

intermédios e térreos, e as próprias alvenarias de pedra das paredes exteriores. Consta-se igualmente que os edifícios em pior estado de conservação geral, são de maior dimensão e volumetria, afetos à produção do açúcar, que inclui o edifício principal, o edifício com a torre, bem como o núcleo inicial, a sul, com os respetivos tanques, porventura os edifícios mais representativos em termos arquitetónicos e patrimoniais.

Conclui-se, assim, por um lado, a urgência de uma intervenção rápida ao nível das coberturas para conter a degradação galopante destes edifícios, e, por outro, a necessidade de um conhecimento mais exaustivos e aprofundado, em fases posteriores, para uma correta reabilitação dos edifícios, nos futuros usos propostos.



Figura 50 – Planta de identificação dos edifícios.

ID	Designação	Número de pisos	Paredes exteriores		Coberturas		Vãos Exteriores	
			Tipo	Estado	Tipo	Estado	Tipo	Estado
1	Portaria	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha cerâmica	Bom	Caixilharia madeira	Médio
2	Escritório	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha cerâmica	Médio	Caixilharia madeira	Médio
3	Administração	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha cerâmica	Médio	Caixilharia madeira	Médio
4	Apoio entrada	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Mau
5	Tanques exteriores	1	Alvenaria de pedra	Médio	Não tem	N/A	Não tem	N/A
6	Escritório/oficina	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha cerâmica	Médio	Caixilharia madeira	Médio
7	Apoio balança	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Médio
8	Fábrica	3	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Mau	Caixilharia madeira	Mau
8.1	Fábrica - chaminés	4	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Mau	Caixilharia madeira	Mau
8.2	Fábrica - armazéns	2	Alvenaria de pedra	Mau	Chapa metálica	Ruína	Caixilharia madeira	Mau
8.3	Armazém cal	2	Alvenaria de blocos	Mau	Telha fibrocimento	Mau	Caixilharia madeira	Mau
9	Embalamento	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Mau
9.1	Torre	4	Alvenaria de pedra	Mau	Telha fibrocimento	Mau	Caixilharia madeira	Mau
10	Armazém	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Médio
11	Armazém/oficina	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia alumínio	Médio
12	Casas de banho	1	Alvenaria de blocos	Médio	Telha cerâmica	Médio	Caixilharia madeira	Médio
13	Armazéns curvos	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Médio
14	Edifício dos tanques	1	Alvenaria de pedra	Médio	Não tem	Ruína	Caixilharia madeira	Ruína
14.1	Oficinas	2	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Mau
14.2	Oficinas	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Portões metálicos	Médio
15	Oficina	1	Alvenaria de pedra	Médio	Telha fibrocimento	Médio	Caixilharia madeira	Médio
16	Estufas	1	Vidro (estufa)	Ruína	vidro (estufa)	Ruína	Caixilharia madeira	Mau
17	Armazém	1	Alvenaria de pedra	Mau	Não tem	Ruína	Não tem	Ruína
18	Anexo	1	Alvenaria de pedra	Ruína	Não tem	Ruína	Não tem	Ruína
19	Moradia	2	Alvenaria de blocos	Médio	Telha cerâmica	Médio	Caixilharia alumínio	Médio

Notas:

ID 2 - Pavimento térreo também com revestimento cerâmico e parquet;

ID 3 - Pavimento térreo também com parquet;

ID 6 - Pavimento térreo também com revestimento cerâmico e soalho (5%);

ID 9 - Alguns anexos com pavimento em revestimento cerâmico e alguns caixilhos em alumínio.

ID 9.1 - Tem uma zona com cobertura plana e um passadiço.

ID 10 - Cerca de 40% da cobertura em painel sandwich.

Quadro 3 – Caracterização das componentes construtivas exteriores e respetivos estados de conservação.

ID	Designação	Pavimento térreo		Pavimento(s) intermédio(s)		Teto(s)		Estado geral
		Tipo	Estado	Tipo	Estado	Tipo	Estado	
1	Portaria	Revestimento cerâmico	Médio	Não tem	N/A	Forro	Bom	Médio
2	Escritório	Corticite	Mau	Não tem	N/A	Forro	Médio	Médio
3	Administração	Soalho em madeira	Mau	Não tem	N/A	Teto falso	Médio	Médio
4	Apoio entrada	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Forro	Médio	Médio
5	Tanques exteriores	Pedra com argamassa	Médio	Não tem	N/A	Não tem	N/A	Médio
6	Escritório/oficina	parquet	Médio	Não tem	N/A	Forro	Médio	Médio
7	Apoio balança	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Forro	Médio	Médio
8	Fábrica	Betonilha	Mau	Soalho em madeira	Ruína	Asnas de madeira e forro	Mau	Mau
8.1	Fábrica - chaminés	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Asnas metálicas sem forro	Mau	Mau
8.2	Fábrica - armazéns	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Asnas metálicas sem forro	Mau	Mau
8.3	Armazém cal	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Asnas metálicas sem forro	Mau	Mau
9	Embalamento	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Asnas de madeira e forro	Médio	Médio
9.1	Torre	Betonilha	Mau	Betonilha	Mau	Asnas metálicas sem forro	Ruína	Mau
10	Armazém	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Asnas metálicas sem forro	Médio	Médio
11	Armazém/oficina	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Asnas metálicas sem forro	Médio	Médio
12	Casas de banho	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Forro	Médio	Médio
13	Armazéns curvos			Não tem	N/A			Médio
14	Edifício dos tanques		Ruína	Não tem		Não tem	Ruína	Ruína
14.1	Oficinas	Betonilha	Médio					Médio
14.2	Oficinas							Médio
15	Oficina	Betonilha	Médio	Não tem	N/A	Não tem	Médio	Médio
16	Estufas	Não tem	N/A	Não tem	N/A	Não tem		Mau
17	Armazém			Não tem	N/A	Não tem	Ruína	Ruína
18	Anexo	Betonilha	Mau	Não tem	N/A	Não tem	Ruína	Ruína
19	Moradia							Médio

Notas:

ID 6 - Paredes interiores em contraplacado;

ID 8 - Paredes interiores também em tabique;

ID 8.2 - Zona de escritório em mezanino;

ID 9 - Teto parcialmente com forro em chapa metálica;

ID 9.1 - Sala superior em soalho e tetos em abóbodas de tijolo e lajes aligeiradas à vista;

ID 13 - Acesso ao interior vedado, pelo que não foi possível recolher informação do interior;

ID 14.1 - Acesso ao interior condicionado;

ID 14.2 - Acesso ao interior vedado;

ID 19 - Acesso ao interior vedado.

Quadro 4 – Caracterização das componentes construtivas interiores e respetivos estados de conservação.



Figura 51 – Vista exterior da antiga Fábrica (edifício 8).
Autor: Hugo Moreira



Figura 52 – Vista exterior da antiga Fábrica (passagem entre o edifício 8 e o edifício 9).
Autor: Hugo Moreira



Figura 53 – Vista exterior lateral da antiga Fábrica (edifício 8).
Autor: Hugo Moreira



Figura 54 – Interior do edifício da antiga Fábrica (edifício 8).



Figura 55 – Laboratório da antiga Fábrica (edifício 8).



Figura 56 – Interior do edifício da antiga Fábrica (edifício 8.1).



Figura 57 – Vista das chaminés da Fábrica (edifício 8.1).



Figura 58 – Interior da sala de embalagem (edifício 9).



Figura 59 – Interior da sala de embalagem/armazenamento (edifício 9).



Figura 60 – Torre adjacente ao edifício de embalagem/armazenamento (edifício 9.1).



Figura 61 – Vista da envolvente a partir da torre (edifício 9.1).



Figura 62 – Vista exterior do edifício dos escritórios dos serviços agrícolas (edifício 6).



Figura 63 – Vista exterior do edifício primitivo (edifício 14).



Figura 64 – Interior do edifício primitivo com os tanques (edifício 14).



Figura 65 – Interior da chaminé de tijolo.



Figura 66 – Interior da chaminé de pedro de basalto.

4.4. Edifícios adjacentes

No âmbito da análise contextual, no extremo sul da propriedade estão localizadas duas edificações afetas a habitação, que pertencem ao Governo Regional dos Açores, a saber:

- A moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 78, parte integrante do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2272, denominado por antiga Fábrica do Açúcar, e encontra-se ocupada em regime de arrendamento habitacional (ver Figura 67);
- A moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 70, prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1309, e encontra-se devoluta e emparedada (Figura 68).



Figura 67 – Planta de localização da moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 78.



Figura 68 – Planta de localização da moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 70.

5. RECOMENDAÇÕES

Considerando as observações e a manifesta preocupação dos cidadãos, aquando dos momentos de participação e auscultação pública, a análise urbanística, da envolvente e dos instrumentos de gestão territorial, e a caracterização arquitetónica e do estado de conservação do complexo da Fábrica do Açúcar, sistematizada nos capítulos anteriores do presente relatório, consideramos como pertinentes que, a curto prazo, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública articule com os vários departamentos do Governo, nomeadamente, com a Direção Regional das Obras Públicas (DROP) e com a Direção Regional da Cultura (DRC), as recomendações seguintes:

- A urgência de uma intervenção nas coberturas dos principais edifícios afetos à laboração do açúcar, de forma a conter a degradação galopante a que estão sujeitos devido à infiltração de águas;
- Consolidação dos elementos estruturais e das componentes construtivas, que apresentam maior risco de vulnerabilidade, como é o caso das chaminés e dos pisos intermédios;
- Realização de limpezas de impurezas, vegetação, entulho e dejetos de animais no interior dos edifícios, de forma a minimizar as patologias decorrentes da sua existência nos mesmos, enquanto não se realizarem intervenções estruturais no complexo;
- Desenvolvimento de medidas que impeçam a entrada e ação de pombas ou outros animais no interior dos edifícios, minimizando a degradação que estes animais incutam nos mesmos;
- Verificação da atualidade do estudo Geológico e Geotécnico, que forneça informações detalhadas sobre as características do solo, visando garantir a segurança, a viabilidade técnica e a economia da intervenção, nomeadamente, os potenciais perigos da proximidade ao Algar do Carvão e a possibilidade de escavação para possíveis novas construções nas áreas livres do complexo;
- Consultar a Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC) para identificação das condicionantes aplicáveis à futura intervenção, face à proximidade ao Algar do Carvão;
- Elaboração do relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, com a caracterização do estado de conservação do edificado, de forma pormenorizada, que inclua a avaliação estrutural das componentes e dos elementos construtivos existentes e das patologias existentes, por entidade competente e credenciada (p. ex., o LREC);
- Execução do levantamento arquitetónico, de forma a determinar as áreas de implantação, as áreas de construção e a volumetrias do edificado existente, informação relevante aos estudos e projetos a implementar;
- Realização de eventual levantamento digital 3d, por laser scan (tecnologia por nuvem de pontos), para construção de um modelo BIM-H, complementar aos estudos anteriores;

- Solicitar à Câmara Municipal de Ponta Delgada que disponibilize o estudo de mobilidade da cidade, para que seja tido em consideração no dimensionamento de eventuais parques de estacionamento, ajustes viários e acesso ao complexo industrial requalificado;
- Conclusão da inventariação do património móvel, que está a ser realizada pelos serviços do Museu Carlos Machado, com descrição e caracterização pormenorizada dos equipamentos/maquinaria existentes e dos, entretanto, removidos, permitindo a sua possível inclusão em equipamento cultural (quer na forma física, como virtual);
- Classificação dos edifícios do complexo com interesse ou valores identitários, históricos e patrimoniais, em articulação com a Direção Regional da Cultura, de forma a salvaguardar e garantir a sua proteção.



6. METODOLOGIA PARA INDICAÇÃO DE USOS PREFERENCIAIS

A metodologia para definir cenários de intervenção e reuso adequados, para cada edifício ou grupo de edifícios deste complexo industrial deverá basear-se na conjugação de diferentes fontes de informação, parte das quais constam já neste relatório, designadamente:

1. A caracterização do edificado e espaços existentes (diagnóstico construtivo, vd. 4.3);
2. A caracterização da envolvente (diagnóstico urbanístico, vd. 4.1 e 4.2);
3. A auscultação das expectativas do público (contributos e sessões colaborativas, vd. 3.3);
4. As perspetivas da Comissão de Trabalho e suas visões sobre a intervenção refletidas em cenários selecionados criteriosamente.

Na fase atual do trabalho em curso, os pontos 1 a 3 foram já desenvolvidos, e constam no presente relatório intercalar. O ponto 1 poderá vir a ser complementado posteriormente com o levantamento arquitetónico e outros elementos digitais (BIM), de acordo com as recomendações já enunciadas (vd.5). Na fase seguinte será tratado o ponto 4 desta metodologia, conduzindo à indicação de usos preferenciais a conceder ao edificado e ao espaço do complexo, aquando da sua requalificação.

Com estas fontes de informação poderá então proceder-se a uma definição e avaliação de diferentes possibilidades de intervenção (cenários) procurando evidenciar as suas mais-valias (impactes positivos).

A metodologia adotada tem as seguintes fases sequenciais, de acordo com o diagrama da Figura 69:

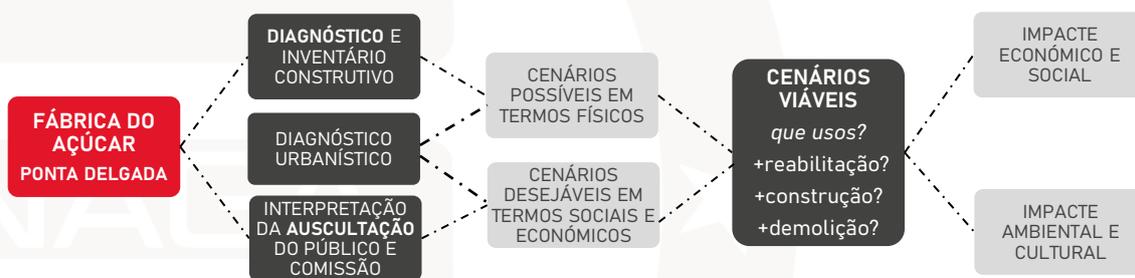


Figura 69 – Sequência da metodologia da proposta

A. DIAGNÓSTICO E INVENTÁRIO CONSTRUTIVO

- Análise por edifício com o preenchimento de matriz sobre características e estado de conservação de cada componente principal;
- Inventário construtivo e arquitetónico sistematizado do edificado existente, com base nas matrizes.

B. DIAGNÓSTICO URBANÍSTICO

- Caracterização da envolvente em termos de espaços verdes públicos, parques de estacionamento público, equipamentos sociais (creches, lares e residências universitárias, equipamentos escolares (ensino público, privado e profissional) e os espaços culturais (galerias, museus e centros de eventos/espetáculos);
- Identificação dos edifícios ocupados pelos serviços do Governo Regional dos Açores na cidade de Ponta Delgada;
- Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

C. INTERPRETAÇÃO DA AUSCULTAÇÃO DO PÚBLICO

Tratamento dos dados e conclusões de:

- Contributos da sessão participativa (grupos);
- Contributos escritos (micro site);
- Contributos e análise pela Comissão de Trabalho.

D. CENÁRIOS DE INTERVENÇÃO

DEFINIÇÃO DE CENÁRIOS

Cenários possíveis em termos físicos:

Considerando: edifícios com viabilidade de conservação e reabilitação, edifícios e componentes com interesse e potencial arquitetónico e construtivo; e espaços e elementos presentes com qualidades assinaláveis, suas possibilidades de conservação e reutilização (de acordo com diagnóstico construtivo), e seu potencial de oferecer usos em falta na cidade (de acordo com diagnóstico urbanístico).

Cenários desejáveis em termos sociais:

Identificação dos usos apontados pela comunidade auscultada (de acordo com participação decorrida) e usos que a Comissão de Trabalho considera oportunos face às necessidades do local (de acordo com diagnósticos e visão da Comissão) e seleção dos usos preferenciais para o complexo e seus diferentes subconjuntos.

Cenários mais viáveis em termos operacionais:

Combinação das possibilidades e potencialidades dos espaços e edifícios existentes (cenários de intervenção de acordo com os diagnósticos físicos) com as expectativas, aspirações e necessidades quanto aos usos, permitindo a alocação dos edifícios que os acolheriam preferencialmente (preenchimento da Tabela 1, com a codificação por subgrupos do complexo).

CENÁRIOS DE USO (SOCIAIS e ECONÓMICOS)		Conservação ou reabilitação mínima com manutenção de interiores	Reabilitação profunda com manutenção de estrutura	Alteração e ampliação com manutenção de elementos parciais	Demolição e reconstrução de novo edifício	Demolição e retorno a espaço livre
Reuso comercial	Habitação comercial					
	Comércio e escritórios					
Reuso social	Habitação acessível					
	Serviços públicos					
Reuso ambiental	Espaços verdes					
	Espaços construção sustentável					
Reuso cultural	Espaço Museológico					
	Espaço cultural ou Centro Congressos					

Tabela 1 - Combinação opções reuso e intervenção – a preencher por edifício em cada cenário

AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS

Os cenários mais viáveis de reuso espaço-funcional e respetiva intervenção construtiva, escolhidos na fase 4 para cada subconjunto de edifícios, deverão ser avaliados de forma sumária em quatro dimensões:

- Económica (mais valias financeiras geradas);
- Social (comunidade e articulação com políticas públicas urbanas e de habitação);
- Ambiental (uso sustentável dos recursos solo, materiais, energia e água);
- Cultural (preservação e reativação do património histórico).

Esta avaliação poderá seguir matriz da Tabela 2.

Não sendo desejável definir cenários muito numerosos, deverá pelo menos comparar-se o cenário de demolição com o de preservação (parcial) do edificado, em cada subconjunto, quer em termos de impactes, quer em termos de condições de operacionalização.

No seguimento dos trabalhos, após a apreciação do presente relatório intercalar, esta metodologia poderá ser ajustada face à disponibilização de elementos conseguida.

		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Impacte Económico	Mais valias financeiras geradas				
	Balanço Custo-Benefício				
Impacte Social	População beneficiada diretamente				
	Benefícios urbanísticos e habitacionais				
Impacte Ambiental	Serviços dos Ecossistemas				
	Resíduos e emissões poupadas				
Impacte cultural	Património histórico preservado				
	Conteúdos interpretativos				

Tabela 2 - Critérios de avaliação sumária dos cenários de reuso e intervenção

CONCLUSÃO

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Trabalho criada pela Ordem dos Arquitectos – Secção Regional dos Açores, com o objetivo de prestar apoio especializado, promover a reflexão e o debate, investigar e realizar tarefas específicas sobre a requalificação da Fábrica do Açúcar, é elaborado o presente relatório intercalar que apresenta a análise dos contributos dos cidadãos e sistematiza as diligências, entretanto, realizadas, que inclui a avaliação do estado de conservação e caracterização do edificado, a reflexão sobre medidas a implementar a curto prazo, bem como a metodologia a seguir para definição do programa para a intervenção e requalificação da antiga Fábrica do Açúcar.

Neste sentido, resumidamente, recomenda-se que a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, em articulação com os vários departamentos do Governo, nomeadamente, com a Direção Regional das Obras Públicas (DROP) e com a Direção Regional da Cultura (DRC), implemente um conjunto de medidas imediatas para preservação e salvaguarda do património da antiga Fábrica do Açúcar, nomeadamente:

- a. Intervenção urgente nas coberturas dos principais edifícios, de modo a impedir a infiltração de águas;
- b. Consolidação dos elementos estruturais e das componentes construtivas;
- c. Realização de limpezas de impurezas, vegetação, entulho e dejetos de animais no interior dos edifícios;
- d. Tomar medidas que impeçam a entrada e ação de pombas ou outros animais no interior dos edifícios;
- e. Diligenciar pela realização de estudos, nomeadamente, o Estudo Geológico e Geotécnico, o relatório de caracterização e avaliação do estado de conservação e patológico do edificado, de forma pormenorizada, e o levantamento arquitetónico;
- f. Concluir a inventariação do património móvel, com descrição e caracterização pormenorizada dos equipamentos/maquinaria existentes;
- g. Classificar os edifícios do complexo com interesse ou valores identitários, históricos e patrimoniais, de forma a salvaguardar e garantir a sua proteção.

O programa da futura intervenção para requalificação do complexo industrial da antiga Fábrica do Açúcar, embora o consenso norteie para a musealização do espaço sob a temática da agroindústria ou da industrialização em S. Miguel, equipamento intergeracional, parque de estacionamento destinado a moradores, espaços multiculturais, comércio e serviços, zonas verdes, com eventuais equipamentos de lazer e desportivos, e habitação acessível, será definido pela Comissão de Trabalho com base numa análise metodológica que avalie os impactes económicos, sociais, ambientais e culturais, conforme apresentado no capítulo 6 – Metodologia para indicação de usos preferenciais.

No último trimestre deste ano de 2025, a Comissão de Trabalho deverá concluir o documento com a proposta de programa e medidas a desenvolver para a requalificação da fábrica, que será entregue pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores.

Índice de Figuras

Figura 1 – Vista aérea	4
Figura 2 – Beta vulgaris L.	5
Figura 3 – Esboço da implantação da Destilaria de Santa Clara.	7
Figura 4 – Vista aérea	9
Figura 5 – Excerto da Planta das coberturas da Fábrica de Santa Clara, UFAA.	9
Figura 6 – Descarregamento da beterraba em carros de bois, anos de 1930 (?).	10
Figura 7 – Manuel António de Vasconcelos e Francisco Jerónimo Vaz Pacheco do Canto e Castro, então diretor geral dos Serviços da Indústria à entrada da Fábrica de Santa Clara. S/d.	11
Figura 8 – Curso de aperfeiçoamento elementar.	12
Figura 9 – Orquestra.	13
Figura 10 e Figura 11 – Embalagens de Açúcar, anos de 1960/70.	14
Figura 12 – Laboratório de análises.	15
Figura 13 – Excerto do esquema de fabrico.	16
Figura 14 e Figura 15 – Tacho de cristalização a vácuo (esquerda) e aparelhos de saturação com reciclagem (direita).	16
Figura 16 – Sala das Geradoras de vapor “Babcock & Wilcox”.	17
Figura 17 – Evolução da área e produtividade da beterraba sacarina nos Açores.	18
Figura 18 – Evolução do número de produtores de beterraba sacarina nos Açores.	18
Figura 19 – Representantes do Governo dos Açores, da Camara de Ponta Delgada e da Ordem dos Arquitectos.	23
Figura 20 – Debate Público nas antigas instalações da Fábrica do Açúcar.	25
Figura 21 – Conferência “Planear, Conservar, Usufruir e Gerir o Espaço Urbano”.	25
Figura 22 – Mesa-Redonda com Stakeholders.	26
Figura 23 – Visita guiada conduzida por Carolina Cordeiro e Ana Fernandes.	26
Figura 24 – Fórum Participativo/Dinâmica de Grupos, coordenado por Isabel Soares de Albergaria.	27
Figura 25 – Sessão que teve lugar no Centro Cívico e Cultural de Santa Clara, moderada por João Paulo Constância.	27
Figura 26 – Recursos invisíveis da participação.	36
Figura 27 – Fábrica do Açúcar (SINAGA) de Ponta Delgada, 1955.	37
Figura 28 e Figura 29 – Cidade de Ponta Delgada e terrenos da antiga Fábrica do Açúcar.	38
Figura 30 e Figura 31 – Encontro participativo sobre o futuro da antiga Fábrica do Açúcar.	38
Figura 32 – Fases e respetivos módulos de avaliação do ciclo de vida de edifícios.	42
Figura 33 e Figura 34 – Lysbüchel Süd, Basileia: de armazém vinícola a habitação multifamiliar.	43
Figura 35 e Figura 36 – l’îlot Saint-Germain, Paris: de escritórios a habitação multifamiliar.	43
Figura 37, Figura 38 e Figura 39 – Żnin Sugar Factory Ckucrownia, Polónia	44
Figura 40 – Coordenadores da sessão de grupos multidisciplinares, Isabel Soares de Albergaria (à direita) Nuno Costa (à esquerda).	47
Figura 41 – Sessão de grupos multidisciplinares.	48
Figura 42 – Reflexão na sessão de grupos multidisciplinares.	49
Figura 43 – Trabalhos da sessão de grupos multidisciplinares.	49
Figura 44 – Mapeamento dos espaços verdes públicos na cidade de Ponta Delgada.	59

Figura 45 – Mapeamento dos parques de estacionamento público na cidade de Ponta Delgada.	60
Figura 46 – Mapeamento dos equipamentos sociais (creches, lares e residências universitárias) na cidade de Ponta Delgada.	61
Figura 47 – Mapeamento dos equipamentos escolares (ensino público, privado e profissional) na cidade de Ponta Delgada.	62
Figura 48 – Mapeamento dos edifícios ocupados pelos serviços do Governo Regional dos Açores na cidade de Ponta Delgada.	63
Figura 49 – Mapeamento dos espaços culturais (galerias, museus e centros de eventos/espetáculos) na cidade de Ponta Delgada.	64
Figura 50 – Planta de identificação dos edifícios.	68
Figura 51 – Vista exterior da antiga Fábrica (edifício 8).	71
Figura 52 – Vista exterior da antiga Fábrica (passagem entre o edifício 8 e o edifício 9).	71
Figura 53 – Vista exterior lateral da antiga Fábrica (edifício 8).	72
Figura 54 – Interior do edifício da antiga Fábrica (edifício 8).	72
Figura 55 – Laboratório da antiga Fábrica (edifício 8).	73
Figura 56 – Interior do edifício da antiga Fábrica (edifício 8.1).	73
Figura 57 – Vista das chaminés da Fábrica (edifício 8.1).	74
Figura 58 – Interior da sala de embalamento (edifício 9).	74
Figura 59 – Interior da sala de embalamento/armazenamento (edifício 9).	75
Figura 60 – Torre adjacente ao edifício de embalamento/armazenamento (edifício 9.1).	75
Figura 61 – Vista da envolvente a partir da torre (edifício 9.1).	76
Figura 62 – Vista exterior do edifício dos escritórios dos serviços agrícolas (edifício 6).	76
Figura 63 – Vista exterior do edifício primitivo (edifício 14).	77
Figura 64 – Interior do edifício primitivo com os tanques (edifício 14).	77
Figura 65 – Interior da chaminé de tijolo.	78
Figura 66 – Interior da chaminé de pedro de basalto.	78
Figura 67 – Planta de localização da moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 78.	79
Figura 68 – Planta de localização da moradia sita na 1.ª Rua de Santa Clara, n.º 70.	79
Figura 69 – Sequência da metodologia da proposta.	82

Índice de Quadros

Quadro 1 - Distribuição das categorias proponentes.	53
Quadro 2 - Estrutura macro das categorias de distribuição das ocorrências.	54
Quadro 3 - Caracterização das componentes construtivas exteriores e respetivos estados de conservação.	69
Quadro 4 - Caracterização das componentes construtivas interiores e respetivos estados de conservação.	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Combinação opções reuso e intervenção – a preencher por edifício em cada cenário.	84
Tabela 2 - Critérios de avaliação sumária dos cenários de reuso e intervenção.	85

Ficha Técnica

ORDEM DOS ARQUITECTOS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

CONSELHO DIRETIVO

Nuno Costa – Presidente
 Catarina Pinheiro – Vice-presidente
 Miguel Machado
 Ana Rita Campos
 ASSESSORIA
 Tiago Andrade

APOIO JURÍDICO

Nuno Bettencourt Raposo
 SECRETARIADO
 Emanuel Bulhões
 DESIGN GRÁFICO
 Pedro Martins

COMISSÃO DE TRABALHO PARA A INTERVENÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA FÁBRICA DO AÇÚCAR

COORDENADOR

Nuno Costa

COMISSÁRIOS

Melânia Garcia
 Secretaria Regional das Finanças, Planeamento
 e Administração Pública - Governo dos Açores

João Rebelo Costa
 Direção Regional das Obras Públicas

Carolina Cordeiro
 Direção Regional da Cultura

Luís Garcia
 Câmara Municipal de Ponta Delgada

António Cabral
 Junta de Freguesia de Santa Clara

João Paulo Constância
 Museu Carlos Machado

Monteiro da Silva
 Ordem dos Economistas - Delegação dos
 Açores

Igor Espínola de França

Jorge Kol de Carvalho

Paulo André Franco

Sílvia Santos

Paulo Vieitas

Miguel Frazão de Medeiros

Hernâni Ponte

Isabel Soares de Albergaria (UAc / CHAM)

Joana Mourão (CiTUA-IST)

RELATOR

Tiago Andrade

Emanuel Bulhões (suplente)

ASSESSORIA

Tiago Andrade

Emanuel Bulhões (suplente)

ESPECIALISTAS/INVESTIGADORES

Isabel Soares de Albergaria
 UAc / CHAM

José Carlos Mota
 Universidade de Aveiro / GOVCOPP

Domingos Lopes
 UTAD / Fundação Côa Parque / Associação
 Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas

Joana Mourão
 CiTUA-IST

Rui Monteiro
 Arquiteto Paisagista



Ordem dos Arquitectos

Secção Regional dos Açores

Largo da Matriz n.º 60, 2.º andar

9500-348 Ponta Delgada

São Miguel – Açores

Tel. +351 296 283 201

E-mail: acores.geral@ordemdosarquitectos.org

